

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MESTRADO EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

JOSÉ DE RIBAMAR OLIVEIRA QUINTAS

**O COOPERATIVISMO COMO INDUTOR DO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DA COOPERATIVA MISTA
DOS TRABALHADORES AGRO-EXTRATIVISTAS DO ALTO CAJARÍ
- COOPERALCA, SEDIADA NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO
CAJARÍ, SUL DO ESTADO DO AMAPÁ.**

Macapá-AP
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOSÉ DE RIBAMAR OLIVEIRA QUINTAS

**O COOPERATIVISMO COMO INDUTOR DO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DA COOPERATIVA MISTA
DOS TRABALHADORES AGRO-EXTRATIVISTAS DO ALTO CAJARÍ
- COOPERALCA, SEDIADA NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO
CAJARÍ, SUL DO ESTADO DO AMAPÁ.**

Dissertação apresentada à Coordenação do programa de pós-graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Hermano Machado F. Lima

Macapá-AP
2010

Q7c Quintas, José de Ribamar Oliveira

O Cooperativismo como indutor do processo de desenvolvimento rural: O caso da Cooperativa Mista dos Trabalhadores agroextrativista do alto Cajari - COOPERALCA, sediada na reserva Extrativista do Rio Cajari, sul do Estado do Amapá. José de Ribamar Oliveira quintas. Fortaleza, 2010. 82p.

Orientador: Prof. Dr. Hermano Machado Ferreira Lima.

Dissertação Mestrado profissional em Planejamento e políticas Públicas – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados.

1. Cooperativismo. 2. Extrativismo. 3. Desenvolvimento rural. I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados.

CDD: 334

JOSÉ DE RIBAMAR OLIVEIRA QUINTAS

**O COOPERATIVISMO COMO INDUTOR DO PROCESSO DE
DESENVOLVIMENTO RURAL: O CASO DA COOPERATIVA MISTA
DOS TRABALHADORES AGRO-EXTRATIVISTAS DO ALTO CAJARÍ
- COOPERALCA, SEDIADA NA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO
CAJARÍ, SUL DO ESTADO DO AMAPÁ.**

Dissertação apresentada à Coordenação do programa de pós-graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

TITULARES

Dedico

À minha mãe:

Pelo sonho e pela determinação de ter seus filhos formados

Agradeço à esposa e aos filhos pela compreensão e pelo apoio;

- Ao Professor Hermano Machado Ferreira Lima pela dedicação e incentivo;
- À dedicação e sapiência dos educadores da UECE;
- Ao Dr. Aristóteles Viana Fernandes pelo incentivo e contribuição;
- Aos colegas da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá: com destaque para: Rui Albuquerque, Maria do Socorro Carvalho, Anaximandro Fernandes, Dalvaci Pires, Antônio José Lopes pelo incentivo e contribuição;
- Aos extrativistas do Alto Cajarí que de forma hospitaleira, alegre acolheram-me e contribuíram com as informações para este trabalho;
- Ao governo do Estado que teve a visão estadista e a determinação de ofertar este curso;
- Ao Cósmico que em sua infinita bondade estabeleceu as condições para a conclusão deste mestrado.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise da dinâmica produtiva da Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agro-extrativistas do Alto Cajari-COOPERALCA, na Reserva Extrativista do Rio Cajari, Sul do Amapá e sua relação com as estratégias do segmento produtivo de seus cooperativados, bem como a contribuição do segmento cooperativista no processo de desenvolvimento rural local. A COOPERALCA, campo do presente trabalho de investigação, foi instituída em 1996 por 76 extrativistas do Alto Cajari, todos na condição de castanheiros com a perspectiva de substituição do sistema tradicional vigente: o aviamento que motivou esses castanheiros a constituírem a cooperativa, a qual nasceu suscitando esperança aos fundadores e apreensão aos tradicionais compradores de castanha. No campo das conclusões, dentre outras, observou-se que o Estado através de suas instituições não consegue instituir efetivamente, políticas públicas que proporcionem ações de fortalecimento do associativismo rural, de tal forma que este passe a ser um instrumento de desenvolvimento rural. Todavia, foram observadas algumas diferenciações dos associados em relação aos não associados, como: bens de utilidade familiar, a frequência nas escolas, maior participação nas entidades de representação da categoria, mais acesso aos serviços do Estado. Encontramos, por exemplo, associados com seu veículo automotor de passeio, além de diversos associados com maior grau de visão sobre as relações sociais vigentes na região do Alto Cajari.

Palavras chaves: Cooperativismo, extrativismo, desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This present work presents an analysis of the productive dynamic of the Cooperative of Agro-Extractive Workers in upper Cajarí River, COOPERALCA, in the Extractive Reserve of Cajarí, southern of Amapá State and its relation to the strategies of the productive segment of their cooperativated workers, as well as the contribution of cooperative segment in the process of local rural development. The COOPERALCA, scope of this present work, was established in 1996 by 76 Brazil nut extractive workers from the upper Cajari River. They formed the cooperative with the perspective of replacing the traditional trading system existing that has always offered a unrewarding price to harvest the Brazil nut, was no doubt that these 76 extractive workers has formed a cooperative that was born to raising the hopes to the founders and apprehension to the traditional Brazil nut buyers. In the field of conclusions, among others, was observed that the State through its institutions cannot effectively establish policies that provide actions to strengthen the rural associations, such so this becomes a tool for rural development. However, there are some differences of members in relation to non-members, such as family utility property, attendance in schools, greater participation in the structures of representation of the category, we find associated with their ride motor vehicle, it was observed several associated with greater insight into the current social relations in the upper Cajari River.

Keywords: Cooperativism, extractivism, rural development.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 1 – ORIUNDOS DO CAMPO OU DA CIDADE | 42 |
| GRÁFICO 2 - ORIGEM DO EXTRATIVISTA..... | 42 |
| GRÁFICO 3 – ESCOLARIDADE DO EXTRATIVISTA | 43 |
| GRÁFICO 4 – FASE DO ENSINO QUE O EXTRATIVISTA FREQUENTOU..... | 43 |
| GRÁFICO 5 - TIPO DE RESIDÊNCIA DOS EXTRATIVISTAS | 45 |
| GRÁFICO 6 - TIPO DE COBERTURA DA MORADIA DOS EXTRATIVISTAS..... | 46 |
| GRÁFICO 7 – ENERGIA ELÉTRICA | 47 |
| GRÁFICO 8 – ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO..... | 47 |
| GRÁFICO 9 – DESTINO DO LIXO..... | 48 |
| GRÁFICO 10 – DESTINO AOS DEJETOS HUMANOS..... | 48 |
| GRÁFICO 11 – SÓCIO DO SINDICATO..... | 49 |
| GRÁFICO 12 – SÓCIO DA ASSOCIAÇÃO..... | 49 |
| GRÁFICO 13 – SÓCIO DO CONSELHO | 50 |
| GRÁFICO 14 – OPINIÃO SOBRE A COOPERATIVA | 51 |
| GRÁFICO 15 – SITUAÇÃO DOS CASTANHEIROS SEM A COOPERATIVA..... | 52 |
| GRÁFICO 16 – PARA MELHORAR A SITUAÇÃO DO CASTANHEIRO | 52 |
| GRÁFICO 17 – CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE COOPERATIVISMO..... | 53 |
| GRÁFICO 18 – SERVIÇOS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO | 53 |
| GRÁFICO 19 - INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA..... | 54 |
| GRÁFICO 20 – FREQUÊNCIA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA | 54 |
| GRÁFICO 21 - TIPO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA RECEBIDA..... | 55 |
| GRÁFICO 22 – FINALIDADE DO FINANCIAMENTO | 56 |
| GRÁFICO 23 – ACESSO AO CRÉDITO RURAL..... | 56 |
| GRÁFICO 24 - ACESSO DAS COMUNIDADES AOS CASTANHAIS | 57 |
| GRÁFICO 25 – ESCOLARIDADE | 58 |
| GRÁFICO 26 – FREQUENTE ESCOLA | 59 |
| GRÁFICO 27 – TIPO DE COBERTURA DA RESIDÊNCIA..... | 59 |
| GRÁFICO 28 – MATERIAL DAS PAREDES DAS RESIDÊNCIAS | 60 |
| GRÁFICO 29 – ENERGIA ELÉTRICA | 60 |
| GRÁFICO 30 – FONTE DA ENERGIA..... | 61 |

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 31- GELADEIRA/FREEZER..... | 61 |
| GRÁFICO 32 - TELEVISOR..... | 62 |
| GRÁFICO 33 – RÁDIO..... | 62 |
| GRÁFICO 34 - MOTOSSERRA | 63 |
| GRÁFICO 35 – MOTOR RABETA | 63 |
| GRÁFICO 36 – CONDIÇÕES DA ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO | 64 |
| GRÁFICO 37 – DISTÂNCIA DA FOSSA PARA A FONTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO..... | 64 |
| GRÁFICO 38 – PARTICIPAÇÃO DE REUNIÕES DA COOPERATIVA (%) | 65 |
| GRÁFICO 39 – SÓCIO DE SINDICATO | 65 |
| GRÁFICO 40 – PARTICIPAÇÃO DE REUNIÕES DO SINDICATO | 66 |
| GRÁFICO 41 – SÓCIO DA ASSOCIAÇÃO | 66 |
| GRÁFICO 42 – PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES DA ASSOCIAÇÃO | 67 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| IMAGEM 1 - LOCALIZAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARÍ..... | 39 |
| IMAGEM 2 – VILA DE ÁGUA BRANCA DO CAJARI | 44 |
| IMAGEM 3 – COMUNIDADE DE SOROROCA..... | 44 |
| IMAGEM 4 – COMUNIDADE DE SANTA CLARA – SEDE DA COOPERALCA | 45 |
| IMAGEM 5 – COMUNIDADE DE ÁGUA BRANCA DO CAJARI – TIPO DE RESIDÊNCIA | 46 |
| IMAGEM 6 – ACESSO RODOVIÁRIO | 57 |
| IMAGEM 7 – MEIO DE TRANSPORTE FLUVIAL MAIS UTILIZADO NOS RIOS DA RESERVA DO CAJARI | 58 |
| IMAGEM 8 – MEMBROS DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA COOPERALCA | 67 |

LISTA DE ABREVIATURAS

COOPERALCA: Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari.
CUT: Central única dos Trabalhadores.
FAO: Organização para Apoio a Agricultura
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a cultura
UNIMED do Brasil: Confederação Nacional das Cooperativas Médicas
CCPL: Cooperativa Central dos produtores de Leite Ltda
COOPARJ: Cooperativa de Produção de Parafusos do Rio de Janeiro
MONDRAGON: Corporação Mondragón
OCB: Organização das cooperativas Brasileiras
COOMAPEM: Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru Ltda,
COOAPIR: Cooperativa Mista Agropecuária de Iranduba Ltda,
ASCOOPE: Cooperativa dos Produtores rurais da Comunidade de Sagrado Coração de Jesus do Paraná da Eva Ltda,
CPU-UATUMÃ: Cooperativa Agroindustrial dos Produtores do Projeto UATUMÃ
CCOPSAI: Cooperativa de Serviços Agroflorestais e Industriais- Barcarena-PA,
COOPFURT (Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores Rurais de Igarapé Miri
OCB/AP: Organização das cooperativas Brasileiras/Regional Amapá
RESEX-CA: Reserva Extrativista do Rio Cajari.
WWF: Fundação Mundial em Defesa do Meio Ambiente
COOPER-CA: Cooperativa dos Produtores Agros Extrativistas do Rio Cajari
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
GEA: Governo do Estado do Amapá.
CAESA: companhia de Água e Esgoto do Amapá
ASTEX-CA: Associação dos trabalhadores extrativistas do Cajari.
IBAMA : Instituto Brasileiro de Recursos Renováveis
ICM-BIO: Instituto Chico Mendes
RURAP: Instituto de Desenvolvimento rural do Amapá
ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural
PAA: Programa de aquisição de Alimentos
CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
ADAP: Agência de Desenvolvimento do Amapá.
DAP: Declaração de Aptidão ao PRONAF
SETEC: Secretaria de Tecnologia e Ciência
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento Familiar.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| I – INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 – DELINEAMENTO DO PROBLEMA..... | 16 |
| 3- HIPÓTESES..... | 19 |
| 4 – OBJETIVOS..... | 20 |
| 4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 20 |
| 5 – REFERENCIAL TEÓRICO..... | 21 |
| 5.1. O COOPERATIVISMO COMO INDUTOR DO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO RURAL | 21 |
| 5.1.1. <i>O Cooperativismo Internacional</i> | 33 |
| 5.1.2. <i>O Cooperativismo na Região Norte</i> | 36 |
| 5.1.3. <i>O Cooperativismo no Estado do Amapá</i> | 36 |
| 6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 38 |
| 6.1. ÁREA DE ESTUDO..... | 39 |
| 7 – RESULTADO E DISCUSSÃO | 42 |
| 7.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO EM ESTUDO | 42 |
| 7.2 - O ASSOCIATIVISMO NO ALTO CAJARI..... | 48 |
| 7.3. ANÁLISE COMPARATIVA DAS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS ENTRE ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS DA COOPERALCA..... | 57 |
| 8 – CONCLUSÃO | 68 |
| 9- REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO | 71 |
| APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA LEVANTAMENTO DE CAMPO..... | 74 |

I – INTRODUÇÃO

O meio rural amapaense é composto por diversas categorias de produtores rurais, dentre essas, destaca-se a categoria de produtores familiares, predominantemente voltados à manutenção e garantia da unidade produtiva familiar, sustentada basicamente a partir das atividades da produção agropecuária, pesca e do extrativismo vegetal, bem como do marcante uso da mão-de-obra da família no processo produtivo. Essa categoria encontra-se demarcando território em todos os Municípios do Estado, desenvolvendo suas atividades isoladas nas suas unidades familiares ou ligadas nas diferentes formas de associativismo quer seja formal ou informal. As formas mais freqüentes de associativismo são as associações e as cooperativas.

A cooperativa é um modelo de organização social, que pode ser adequada a qualquer tipo de atividade econômica, como exemplo: produção, consumo, serviços dentre outras. O sistema cooperativista possui legislação¹ própria, que, a partir da Constituição Federal de 1988, conquistou o modelo de autogestão, onde os processos de constituição e de gestão das cooperativas são definidos e mantidos pelas as mesmas, dentre outros avanços do modelo de autogestão do sistema cooperativista brasileiro.

O contingente de agricultores cooperativados, coletivamente, busca alternativas de organização da produção para o mercado, cujos serviços mais comuns são: a aquisição de insumos que necessitam no processo produtivo, o processamento e a comercialização de seus produtos dentre outros. Este modelo, desde seu nascimento, tem-se propagado por todos os continentes e se consolidado como um modelo de desenvolvimento socioeconômico importante em vários países inclusive, nos Estados brasileiros mais desenvolvidos.

No Estado do Amapá, esse modelo de organização pode ser considerado ainda recente, não mais de 30 anos, onde apresenta um quadro de cooperativas rurais e urbanas em todos os Municípios do Estado. No segmento das cooperativas rurais de diversas categorias: agricultores, pescadores e extrativistas, dentre outras, não se observa grandes contribuições para a economia rural local, ademais, a maioria não alcança seus objetivos, deixando uma imagem de que não funciona,

¹ Lei nº 5764/71

não dá certo, não é um modelo adequado ao Estado do Amapá. Há de registrar a significativa presença no Estado do Amapá de entidades das mais diversas formas grupais, expandindo-se nas últimas décadas.

O crescimento do associativismo, principalmente das cooperativas, pelo menos em número, como comenta Edgard Alencar (2001) que afirma poder ser visto tal crescimento como intervenção como intervenção de órgãos governamentais e não-governamentais no sentido de aumentar os ganhos de escala nas atividades de produção e nas operações de compra e venda. Em alguns casos, associações e cooperativas desta natureza são organizadas para que seus associados tenham acesso a recursos originados de programas governamentais.

A COOPERALCA foi instituída em 1996 por 76 extrativistas do Alto Cajari, todos na condição de castanheiros. Os mesmos constituíram a cooperativa com a perspectiva de substituição do sistema tradicional vigente: o aviamento que sempre ofereceu um preço pouco compensador ao labor da coleta da castanha, aliado ao alto preço de gêneros alimentícios de primeira necessidade indispensável aos castanheiros para poderem fazer a coleta de castanha, além de comprarem a crédito, esses gêneros, para pagar com a produção da castanha, que comumente cobriam as dívidas, isto quando o castanheiro se saía bem na coleta. Mas, por qualquer razão, não conseguisse a quantidade almejada, já ficava acordado o pagamento dessa dívida em castanha da próxima safra. Foi sem dúvida alguma, principalmente por isso, que esses 76 castanheiros constituíram a cooperativa que nasceu suscitando esperança aos fundadores e apreensão aos tradicionais compradores de castanha.

Contrariando o cenário ideal, a hipótese que se apresenta à problemática do presente estudo de investigação, é de que o Estado através de suas instituições não consegue instituir políticas que proporcionem ações de fortalecimento do associativismo rural, de tal forma que este passe a ser um instrumento de desenvolvimento rural. Assim como, tem-se atualmente um quadro de associado desmotivado e ausente da cooperativa, foco do presente estudo. Por entendermos ser um campo de estudo importante resolvemos analisar a dinâmica produtiva da Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agro-extrativistas do Alto Cajari-COOPERALCA, sediada na Reserva Extrativista do Rio Cajari, sul do Amapá e sua relação com as estratégias do segmento produtivo de seus cooperativados, bem como a contribuição do segmento cooperativista no processo de desenvolvimento local.

A pesquisa foi estruturada contendo 04 fases: a- levantamento bibliográfico e documental da área de estudo; b- levantamento de dados de campo; c- tratamento das informações obtidas e d- redação final da dissertação.

O Estado através de suas instituições não consegue instituir efetivamente, políticas que proporcionem ações de fortalecimento do associativismo rural, de tal forma que este passe a ser um instrumento de desenvolvimento rural.

Todavia, observam-se algumas diferenciações dos associados em relação aos não associados, como: bens de utilidade familiar, a freqüência nas escolas, maior participação nas entidades de representação da categoria, encontramos associados com seu veículo automotor de passeio, observou-se em diversos associados maior visão sobre as relações socioeconômicas na região do Alto Cajari.

2 – DELINEAMENTO DO PROBLEMA

Pela nossa prática profissional vivenciada, desde a década de 80, acredita-se que a extensão rural no Estado do Amapá tenha desenvolvido suas atividades com base nas determinações da coordenação central, cuja linha base era a visão produtivista, que, mesmo havendo empenho no sentido de alcançar as metas definidas pelos planos anuais do serviço de extensão rural, na realidade pouco ou quase nada de mudanças ocorreu no meio rural amapaense, no aumento da produção e produtividade agropecuária, em especial na relação de associado e sua entidade cooperativista. Todavia, a partir da mesma década podemos observar que houve surgimento de inúmeras associações e cooperativas rurais como instrumento de acesso aos serviços públicos e como perspectivas de obtenção de melhores preços para os produtos agropecuários.

Em 2001, à serviço da Escola Sindical Amazônia-CUT, para contribuir como monitor em um processo de escolarização aos extrativistas das comunidades da Reserva Extrativista do Cajarí, em uma microrregião denominada Alto Cajarí aonde há incidência de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl.), realizamos a tarefa de monitorar o módulo da escolarização denominado de associativismo; na oportunidade, observamos o estado de dificuldades que aquelas famílias vivenciavam face ao modelo de relação social implantado, sendo a castanha-do-brasil, importante produto para a renda familiar desses extrativistas. Ademais, mesmo com a existência das organizações: associação e uma cooperativa na microrregião denominada de Alto Cajarí, onde a maioria das famílias fazia parte das referidas organizações, nenhuma dessas entidades oportunizara os serviços necessários para contribuir com a melhoria das condições de vida desses extrativistas.

Cabe destacar, que a Reserva Extrativista do Cajarí, por lei, lhes garante o usufruto da terra de forma sustentável, portanto não há problema fundiário; cada extrativista tem direito em uma área que no Alto Cajarí comumente contém diversas árvores de castanha, cuja produção, por família, gira em média de 70 hectolitros que vendem no comércio local ou ao atravessador e que predominantemente tem Belém do Pará como tradicional mercado comprador de castanha in natura para onde é exportada. Evidente que os extrativistas não dependem exclusivamente da renda da castanha por terem outros produtos extrativistas, ainda que de menor importância

econômica, assim como fazem pequenos roçados destinados ao plantio de culturas temporárias (mandioca, arroz, milho, feijão, banana, abóbora...), para complementar sua subsistência. Tanto a associação como a cooperativa, ao longo de sua existência, não foram eficientes para a substituição do tradicional processo de comercialização que historicamente tem sido responsável pela permanência do nível de pobreza reinante nas comunidades do Alto Cajari. Mesmo havendo apoio do Estado.

A mencionada cooperativa conseguiu recursos públicos para construção de uma fábrica e capital de giro para a aquisição da castanha. Nesse período, os associados passaram a entregar a produção na cooperativa que exportava. Não obstante, apesar de 14 anos de existência da organização cooperativa, e que por muitos anos, repetidas essas operações, não conseguiu substituir o sistema tradicional do aviamento, pelo menos para os seus associados que se encontram continuamente dependente do velho sistema.

A prática tem demonstrado, que na medida em que o extrativista ou o agricultor encontra ou se depara com maior dificuldade de se reproduzir como produtor quer pela carência dos meios de produção, mercado ou outro fator e se isola, fica cada vez mais vulnerável ao êxodo rural. Essa condição aliada a outros fatores tem contribuído com o elevado índice de êxodo rural e a conseqüente taxa de concentração demográfica nos principais centros urbanos do Estado: Macapá, Santana e Laranjal do Jari. Em outra condição, acredita-se que as formas associativistas proporcionam aos extrativistas ou agricultores mesmo que a associação e/ou cooperativa não consiga efetivar todos os objetivos constantes no estatuto, porém de alguma maneira tiver alguma vivência grupal no interior dessas instituições, haverá maiores perspectivas de reprodução como extrativista ou como agricultor e conseqüentemente menor probabilidade de entrar na faixa do êxodo rural. Portanto, entende-se que a busca de alternativas dos extrativistas e dos agricultores familiares explica a constituição de cooperativas em todos os Municípios do Estado.

Acredita-se, ainda, que a escassez de trabalhos voltados ao conhecimento, essencialmente de caráter científico, em tela, contribui para o aumento do quadro de insucesso do cooperativismo local, e, por conseguinte, do associativismo local.

Pelo número de cooperativas existentes no Estado e considerando suas experiências, com poucos ou inexpressíveis resultados alcançados, e ainda, os

contextos diferenciados em que estão inseridas, leva-nos a entender que é importante a realização do presente estudo, dentre outros, investigando sobre os fatores que são determinantes do estágio em que estas cooperativas se encontram.

Dentro do universo das inquietações podemos assim relacioná-las:

- As estratégias produtivas dos agricultores organizados em cooperativa estão em sintonia com o planejamento do segmento de produção e comercialização de suas cooperativas?
- Que domínio há, por parte dos associados, sobre os princípios cooperativistas?
- O conjunto de ações atuais do setor público atende as demandas do segmento produtivo local, em especial os organizados pelo segmento cooperativista?

3- HIPÓTESES

Entendemos que o cooperativismo é um modelo de organização social e de produção, onde o produtor associado passa a exercitar momentos de decisões e ações grupais para problemas ou situações de interesse coletivo e, preferencialmente, como partícipe na realização de políticas públicas de interesse da sociedade cooperativa. Não obstante, contrariando o cenário ideal, a hipótese que se apresenta à problemática do presente estudo de investigação, é de que o Estado através de suas instituições não consegue instituir políticas que proporcionem ações de fortalecimento do associativismo rural, de tal forma que este passe a ser um instrumento de desenvolvimento rural. Assim como, tem-se atualmente um quadro de cooperativado desmotivado e ausente da cooperativa, foco do presente estudo.

4 – OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

Analisar a dinâmica produtiva da Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agro-extrativistas do Alto Cajarí- COOPERALCA, sediada na Reserva Extrativista do Rio Cajarí, sul do Amapá e sua relação com as estratégias do segmento produtivo de seus cooperativados, bem como a contribuição do segmento cooperativista no processo de desenvolvimento local.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as estratégias produtivas, ou modo de vida dos associados da cooperativa – COOPERALCA;
- Identificar e analisar as ações da COOPERALCA, em particular no segmento produtivo;
- Identificar e analisar os investimentos públicos direcionados à COOPERALCA sediada no sul do Amapá, em particular no segmento produtivo;
- Identificar o grau de domínio dos associados da COOPERALCA sobre os princípios cooperativistas.

5 – REFERENCIAL TEÓRICO

No campo do referencial teórico, este trabalho centra-se nas obras de Polan Lackie e de Edgar Alencar, que tratam do modelo de desenvolvimento rural e seus reflexos, bem como as obras de Rosângela Nair de Carvalho Barbosa e a obra de Sandra Mayrink Veiga e Isaque Fonseca que tratam sobre o cooperativismo, além de outras obras de outros autores consultadas e citadas neste trabalho.

5.1. O COOPERATIVISMO COMO INDUTOR DO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

A globalização tem induzido em todos os recantos às adequações necessárias ao avanço do processo produtivo no meio rural brasileiro, isto requer que todos os agricultores adotem atitudes de rentabilidade e competitividade. Porém, o modelo de desenvolvimento para o setor rural tem sido o convencional como denomina Polan Lacki (1996), de: dependente do Estado (crédito, subsídios e garantias de comercialização), insumos de altos rendimentos e tecnologias de ponta, maquinaria sofisticada e de grandes investimentos, animais de alto poder genético, rações industrializadas e polivitamínico, hormônios, excessiva dependência da indústria e a excessiva intermediação (no acesso aos insumos e na comercialização do excedente), esse modelo não oportunizou as condições esperadas para a maioria dos agricultores, fazendo com que estes continuassem a desenvolver uma agricultura arcaica com ineficiências tanto do ponto de vista tecnológico como gerencial e organizativo.

A obra de Alencar (2001) faz reflexões sobre desenvolvimento rural, que por volta de 1970, que ele é desigual e que, freqüentemente, possuía conseqüências funcionais para alguns indivíduos e disfuncionais para outros, argumento defendido por (GALJART, 1981:88). No caso específico do Brasil, por exemplo, podemos observar que as políticas de modernização da agricultura, de 1965 à 1976, foram bastante seletivas em termos de distribuição de recursos como crédito e subsídios. A aplicação desses recursos foi orientada em função das possibilidades de retornos econômicos diferenciados entre regiões, produtos e produtores. As políticas de pesquisa e assistência técnica seguiram, de modo geral, o mesmo padrão.

Os resultados dessas políticas, aliados, dentre outros fatores como a urbanização e industrialização, provocaram profundas modificações no setor rural,

tais como: a) capitalização do processo produtivo; b) diferenciação social, com o surgimento de diferentes categorias de produtores e trabalhadores rurais; c) concentração de terra e renda; e) integração do setor rural ao setor urbano via complexos agroindustriais, bem como, efeitos diferentes para distintos segmentos da população rural. Para alguns, significou proletarização ou eminência de desintegração de suas unidades de produção, para outros, abertura de novas oportunidades e crescimento (ALENCAR, 2001).

Há Estudos, que, em outros países do terceiro mundo, também apontaram problemas dessa natureza. É por esta razão que a partir desse período inúmeras organizações internacionais como: FAO, UNESCO, BANCO MUNDIAL, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, entre outras incentivaram a implantação de programas voltados para as pessoas que ficaram à margem do processo de desenvolvimento econômico (ALENCAR, 2001). Barbosa (2007, PP 293) comenta que

“havia afinidades entre as condicionalidades das agências multilaterais, governos, empresários e movimentos sociais no tocante à perspectiva voluntarista do trabalho. Existe uma confluência perversa que, por semânticas diferentes, aproxima sentidos sociais e destitui o trabalho das exigências públicas de regulação social”.

“...Esse é um diagrama muito claro, na pauta das agências multilaterais de financiamento e ou assessoria, por onde se condiciona a liberalização de empréstimo e auxílio técnico. Há uma expansão da mercadorização da vida social, por detrás da simples geração de renda. Por outro lado, fundos públicos são redirecionados para ativar negócios, seja mobilizando a iniciativa privada, sejam resguardando a expectativa de diminuir custos sociais públicos de proteção social, conformando uma complexa relação de interesses sociais. Essas relações são mediadas por uma estrutura que envolve mercado de trabalho, de negócios e intermediações com o poder público”.

Está evidente que um dos aspectos dos programas dessas agências é a participação das pessoas, “Alvos” dos programas ou projetos de desenvolvimento. No entanto, os métodos para implementar estas estratégias variam de acordo com a visão que as agências possuem do papel ou natureza da intervenção. Dessa visão resultam diferentes dimensões ou significados atribuídos à participação. ALENCAR comenta:

“...mas é importante observar que participação é um processo multidimensional e varia de situação para situação em respostas a circunstâncias particulares. Não existe um único modo de compreender esse processo e a sua interpretação está mais em função da perspectiva de análise empregada”.

Segundo Alencar (2001), que também faz referência a Oakley e Marsden (1985), analisando diferentes projetos de desenvolvimento, identificaram diferentes significados atribuídos ao termo participação:

- Envolvimento voluntário dos indivíduos nos programas, sem, contudo, participarem da sua elaboração;
- Sensibilização dos indivíduos, aumentando-lhes a responsabilidade para responderem as propostas de programas de desenvolvimento e encorajando iniciativas locais;
- Envolvimento dos indivíduos no processo de tomada de decisão, na implementação dos programas, na divisão dos benefícios e na avaliação das decisões tomadas;
- Associação do conceito de participação com o direito e o dever dos indivíduos participarem na solução dos seus problemas, terem responsabilidade de assegurar a satisfação de suas necessidades básicas, mobilizarem recursos locais e sugerirem novas soluções, bem como de criarem e manterem as organizações locais;
- Associação do conceito de participação com a iniciativa de pessoas e grupos, visando a solução de seus problemas e a busca de autonomia;
- Organização de esforços de pessoas excluídas para que elas aumentem o controle sobre recursos necessários ao desenvolvimento e sobre as instituições que regulam a distribuição desses recursos.

Segundo Alencar (2001), a participação pode, também, estar associada aos seguintes significados:

- a) Colaboração: envolvimento das pessoas nas atividades grupais, onde o agente externo é o principal protagonista. Essa forma de participação equivale a “informação”, uma vez que as decisões básicas, relacionadas aos programas de desenvolvimento, já foram tomadas. “Participação” não está dissociada do controle e responsabilidade do agente externo.
- b) Desenvolvimento de Comunidade: participação é entendida como um processo de promoção social, onde é delegada aos membros da comunidade a responsabilidade de criarem conselhos de desenvolvimento, os quais são considerados veículos da participação.

- c) Organização: Participação relaciona-se com o processo onde os indivíduos se organizam e, por meio dessa organização, tornam-se capazes de ter voz nos projetos de desenvolvimento. 3.2 Organização como resultado da busca pelos indivíduos de forma mais adequada de ação, as quais emergem da análise que eles fazem da realidade que os envolvem. O agente externo teria, nesse caso, uma menor influência.

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico que tem evidenciado a tendência de indivíduos possuidores de maiores terras, maiores riquezas, de conduzirem as cooperativas, no sentido de que venham a beneficiar, sobretudo, seus interesses particulares, a tendência de aumentar as desigualdades sociais que levam alguns autores como: ALENCAR, GALJART a oporem-se a esse mecanismo e que, portanto defendem a teoria denominada de COUNTERDEVELOPMENT que:

“...considera que a superação desses mecanismos ocorrerá quando os segmentos social e economicamente marginalizados forem capazes de exercer influências no processo de desenvolvimento. Assim, participação é considerada como um processo de aquisição de poder (empowering). Na prática, isto significa dar prioridade à interação horizontal (grupo-distrito-região) dos indivíduos periféricamente situados no sistema social para a barganha coletiva no confronto com o centro monopolizador (governo, formuladores de políticas, políticos e elementos monopolistas e oligopolistas no mercado)”.

Ressalta-se que a superação que o autor se reporta requer uma postura de autoconfiança que por sua vez deve refletir a idéia de independência bem como de interdependência que tem o sentido de autossuficiência e predisposição para a ação. A interdependência implica uma relação que não torne em novas dependências (ALENCAR. 2001). O processo de autoconfiança está relacionado com o que Paulo Freire, em pedagogia do Oprimido, denomina de conscientização que é um processo de destruição da cultura do silêncio.

Na cultura do silêncio os indivíduos acham-se semimudos ou mudos, portanto não participam de forma crítica da transformação da sociedade e, por conseguinte proibido de ser. A cultura do silêncio resulta da situação de dependência. Contudo, Freire explica que ela não é construída pelo dominador e nem ele a impõe ao dominado. Este “modo” de cultura é o resultado das relações estruturais de dependência do dominado com o dominador. Ademais a cultura do silêncio é uma expressão superestrutural que condiciona uma forma especial de consciência. Assim, para entendê-la é necessário pressupor a dependência como

um processo relacional que dá origem a diferentes formas de ser, de pensar e de expressar.

Tal forma especial de consciência é denominada de semi-intransitiva. Em sua quase imersão na realidade, esta modalidade de consciência não consegue captar muitos dos desafios do contexto ou os percebe distorcidamente. Sua semi-intransitividade envolve certa obliteração que lhe é imposta pelas condições objetivas. Daí, que no seu “fundo de visão” os dados que mais facilmente se destacam sejam os que dizem respeito aos problemas vitais, cuja razão de ser, de modo geral, é sempre encontrada fora da realidade concreta.”. FREIRE(1976)

De qualquer maneira, se a explicação das situações problemáticas, não se oriente no sentido da transformação da realidade que as origina, mas, ao contrário, ao poder superior responsável pela existência dessas situações, bem como na suposta “inferioridade natural”. “Sua ação tem, pois, um caráter mágico-terapêutico”(FREIRE, 1976:73).

A semi-intransitividade pode, também, constituir a base que se repousa resignação, bem como a interação de dependência representada pela patronagem e pelo clientelismo. Patronagem refere-se ao sentimento de incapacidade das pessoas para lidar com os problemas que enfrentam e a predisposição para recorrer aos indivíduos, tidos como mais poderosos, na tentativa de solucioná-los. A patronagem pode predispor ao clientelismo, ou seja, a troca de favores entre pessoas, sendo que nesta troca está envolvida, de um lado, a solução dos problemas e de outro a “lealdade” ou “submissão” política.

Os estudos de Barbosa (2007) mostram que:“essa realidade torna-se mais severa por conta da passivização, uma vez que, sem a perspectiva revolucionária no horizonte, sem os enfrentamentos populares anti-imperialistas e nacionais-populares, as conquistas sociais e democráticas são reduzidas às necessidades de mercado e o individualismo passa a recompor uma importante base de consentimento, pressionado por essas mediações que tornam excessivamente precárias a sobrevivência individual”.

Entendemos ser importante considerar a questão levantada por Alencar (2001): “mas, no contexto da cultura do silêncio, como os indivíduos podem romper com as velhas formas de interação social para estabelecer novas formas de interação”. Para alguns seguidores da abordagem counterdevelopment, o processo através do qual os indivíduos dominados podem romper as interações de

dependência que mantêm com os dominadores é chamado de conscientização. Conscientização refere-se ao processo onde os indivíduos passam a compreender (a) a realidade social que molda a sua vida, (b) bem como a capacidade que possuem de transformar tal realidade. No manifesto comunista (Karl Marx e Frederich Engels) comentam:

“...Até agora, toda forma de sociedade foi baseada, como já vimos, no antagonismo das classes opressoras e oprimidas, para oprimir uma classe certas condições devem ser asseguradas sob as quais ela poderá, ao menos, continuar sua existência submissa. Trabalhador moderno, pelo contrário, em vez de crescer com o progresso da indústria, enterrou-se sempre mais fundo, abaixo das condições de existência de sua própria classe. “Tornou-se pobre e a pobreza cresce mais rápido do que a população e a riqueza”.

Essa realidade cada vez mais desumanizante cuja alternativa que há de concreto como argumento de liberdade de trabalho e autonomia para o trabalhador é o cooperativismo, que há quem defenda como alternativa de antecipação ao socialismo. Todavia BARBOSA argumenta que o cooperativismo não deixa de se sustentar numa argumentação teórica frágil da força hegemônica do capital que leva uma visão voluntarista do trabalho e que denomina de *“...O fetiche do empreendedorismo aplicado ao trabalho coletivo autogestionado serve de invólucro ao transformismo da pauta das lutas de classe”*.

Os comentários de Alencar, Chico (1998) leva a seguinte afirmação:

“...Nada contra a revolução tecnológica e científica. Tudo o que serve para aliviar as canseiras do labor humano é bem-vindo. Mas a sofisticação técnica não é, em si, um bem ou um mal. Depende da sua forma de apropriação e do que ela gera. Novas tecnologias que não são horizontalizadas, isto é, não servem democraticamente a todos os povos, apenas otimizam os mecanismos de dominação de uns (ricos) sobre outros (pobres). Cibernética e realidades virtuais que gerem desemprego massivo não são progresso e sim avanço rumo à barbárie. O êmulo do lucro, fio condutor do atual desenvolvimento, é desumanizante e põe em risco o planeta. É desrespeitador dos direitos humanos”.

*“...O trabalho e não o capital é portador dos maiores valores civilizatórios. E o trabalhador – da terra, das fábricas, dos serviços públicos, dos escritórios, dos veículos, das instituições de ensino, dos hospitais, dos centros espaciais – continua sendo uma figura central. Só ele, numa perspectiva solidária, coletiva e moderna, pode reorientar a globalização consumista e excludente. E, ainda uma recolocar o horizonte utópico de um mundo alicerçado em festa, trabalho e pão, indicado na declaração”.
ALENCAR, Chico (1998).*

Na carta de declaração dos direitos humanos das Nações Unidas, dentre outros princípios fundamentais, declara, conforme o art. 55: “que a fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias para as relações específicas entre os Estados, as Nações Unidas deverão promover as condições para o

progresso e o desenvolvimento econômico e social e, ao mesmo tempo, o respeito universal e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

No artigo 23 da declaração dos direitos humanos, o item I diz: “Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, as condições justas e favoráveis de trabalho e a proteção contra o desemprego. No item II: Todo homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. No item III: Todo homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a sua dignidade humana, e a que se acrescentará se necessário, outros meios de proteção social.”

Desta forma, nossa leitura é de que o cooperativismo embora tenha se constituído como um movimento em que seus seguidores (ricos ou pobres), buscam alternativas econômicas sem se opor ao sistema capitalista e mesmo se ajustando ao ambiente político e que, por inúmeras facetas ou distorções existentes que geraram matizes históricas, permite a leitura de consentimento, de passivização dos movimentos sociais ao sistema capitalista..”conforme Barbosa (2007) comenta, mas ainda assim, entendemos ser, o cooperativismo, um movimento social que ao longo de quase dois séculos esparge uma filosofia de superação do sistema de exploração, de competição, de individualismo. Com evidências de que é possível sair da linha de pobreza, gerar mais postos de trabalho, contribuir com maior geração de riqueza e certamente ser um importante embrião da construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna a partir da cooperação e da solidariedade.

Como afirma Veiga e Fonseca (Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação, FASE 1999,p.27). “A partir da contribuição de inúmeros pensadores da época, foi-se formando a filosofia que embasa o cooperativismo em todo o mundo até os nossos dias”, e cita (Paul Singer. Uma utopia militante repensando o socialismo. Ed. Vozes,1998):

“...com base nas experiências sucessivas de ajuda mútua nas relações de trabalho, o pensamento cooperativo foi sendo aos poucos elaborado. Dentre os precursores estão os chamados socialistas utópicos, sobretudo franceses e ingleses, impregnados pelas idéias de justiça e fraternidade, buscavam melhorar o meio sócio econômico, através de organizações sociais que consideravam eqüitativas. Em resumo, os socialistas utópicos buscavam imaginar e criar uma sociedade mais justa, por meio de associações voluntárias de modificações no regime de trocas”.

Segundo Veiga e Fonseca (1999) os principais socialistas utópicos, foram: Plockoy, Roberto Owen, William King, Lánge, Charles Fourier, Phelipe Buchez, Louis Blanc e Charles Gide. Destes pretendemos destacar:

- a) Roberto Owen: em 1817 apresentou seu plano para acabar com a pobreza: fundar aldeias cooperativas, financiadas pelo estado e a paróquia.
- b) William King: Publicou em 1828 uma revista mensal: The Co-operator, na qual desenvolveu sua teoria de cooperação. Seu sistema de organização era o seguinte: cada associado levava uma pequena quantidade semanal de produtos e, com o arrecado abria-se uma tenda. Os lucros obtidos das vendas dos produtos constituíam um fundo comum destinado à compra de terras ou casas. A idéia que guiava essas empresas era a de que o trabalhador devia melhorar sua situação por si mesmo.
- c) Charles Gide: economista francês nascido em 1847,devotou, segundo VEIGA E FONSECA (1999), muito tempo e energia a encorajar e promover o movimento cooperativista na França e escreveu vários trabalhos sobre a questão. Para Gide havia a possibilidade da substituição do sistema capitalista por uma república cooperativa. Ele propunha que todos os setores da economia se organizassem em um sistema cooperativista no qual a soberania seria do consumidor e as relações de mercado, medidas pelas próprias cooperativas, beneficiariam a todos.
- d) Charles Fourier: Socialista francês nascido em Besançon em 07.04.1772. Publicou a teoria dos quatros movimentos e o dos destinos gerais e, em 1822, o tratado da associação doméstica agrícola, que se tornou em 1841 o tratado da unidade universal

“...Em sua teoria defendia que a ordem social depende das leis morais e intelectuais e que o homem deve descobrir e viver de acordo com estas leis. Fourier argumentava que a sociedade deveria ser organizada de tal maneira a dar liberdade às paixões e desejos dos homens, uma vez que estas são naturalmente capazes de harmonizar e, ser desenvolvidas sobre as condições apropriadas, iriam, de acordo com a lei da atração, levar a uma sociedade perfeita. Nesta sociedade a indústria deveria ser conduzida pelo Falanstério”(Veiga e Fonseca. 1999. P. 30).

As contribuições dos pensadores da época, denominados de socialistas utópicos, que buscavam um modelo de associação que oportunizasse aos trabalhadores mais igualdade e liberdade, foram importantes para que o

cooperativismo tomasse a forma e a expansão que conhecemos. Mas, desde o século XVIII já havia experiência de formação de cooperativas, período muito rico de contribuições de diversos pensadores que de uma forma ou outra contribuíram para o pensamento de modelo de organização social como podemos citar dentre outras, a contribuição de Rousseau (Filósofo contratualista, 1712/1778). Para ele, a soberania reside no povo) que em 1763 publica o Contrato Social (em sua descrição do contrato social, afirmava que este tinha a finalidade de organizar os indivíduos, após a passagem de seu estado de natureza).

As contribuições dos socialistas utópicos ainda que cada um experimentasse formas diferentes de associação, mas, tendendo à convergência ao pensamento de Rousseau descrito no contrato social no que se refere “as condições de possibilidade de um “pacto legítimo, através do qual os homens, depois de terem perdido sua liberdade natural, ganham em troca a liberdade civil”(ROUSSEAU, Jean Jacques.1712/1778). Essa dimensão é desenvolvida ao longo dos capítulos VI, VII e VIII do livro I do *Contrato Social*. No processo de legitimação do pacto social o fundamental é a condição de igualdade das partes contratantes. Quando bem compreendidas, reduzem-se a uma só: a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, à comunidade toda, porque, em primeiro lugar, cada um dando-se completamente, a condição de igual para todos, ninguém se interessa por tornar onerosa para os demais (Cláusula do contrato social).

Desse modo, o esforço intelectual dos socialistas utópicos e o processo para a consolidação de um modelo de associação representado pelo cooperativismo moderno, sendo as cooperativas a concretude dessa elaboração científica; refletem a essencialidade do pensamento de Rousseau expressado nas cláusulas do *contrato social*. Nesse sentido, destacam-se os princípios cooperativistas vigentes: Adesão livre, gestão democrática, rateio das sobras proporcionais às operações de cada associado, Cada associado com direito de apenas um voto, Autonomia, Interdependência, Zelar pelo interesse da comunidade (Lei nº5764/71) que são marcados pelos princípios de igualdade e liberdade, de justiça e fraternidade, de busca de um desenvolvimento social a partir da economia.

Assim é perceptível que no movimento cooperativista a proposição central entre os pensadores socialistas utópicos e cooperativistas é a defesa pelos princípios da igualdade e liberdade para os cidadãos. Por conseguinte, o cooperativismo moderno se expandiu no mundo para outros países e influenciou

algumas lideranças locais e governantes na busca de garantia de igualdade, liberdade e oportunidade de mudança sócioeconômica, movidos pelos ideais que Rousseau propôs em o *contrato social, ou seja, o exercício da soberania pelo povo*, como condição primeira para a sua libertação.

Nesse sentido, referendamos o contrato social de ROUSSEAU, Jean-Jacques(1712 à 1778. Trad. Rolando Roque), no que se refere a relação entre o cidadão e o Estado quando cita:

“...o ato de associação compreende um compromisso recíproco entre o público e os particulares e que cada indivíduo, contratando, por assim dizer, consigo mesmo, se compromete numa dupla relação: como membro do soberano em relação aos particulares, e como membro do Estado em relação ao soberano”.(Trad.)

Parafraseando Rousseau, no cooperativismo o ato de se associar compreende um compromisso recíproco entre o público e o particular e que cada indivíduo, contratando, por assim dizer, consigo mesmo, se compromete numa dupla relação: como membro da cooperativa em relação aos associados e em relação com as normas gerais do cooperativismo.

Não há como negar que “o cooperativismo é antes de tudo, uma filosofia do homem na sociedade em que vive; um pensamento que procura construir uma nova maneira de processar a economia baseando-se no trabalho e não no lucro; na ajuda mútua e não na concorrência e competição” (Veiga e Fonseca, 1999). Em outras palavras, o processo para a construção do movimento cooperativista teve a contribuição de estudiosos de distintas áreas científicas e ideológicas, o que implicou com que o cooperativismo se constituísse num modelo de organização social que busca a igualdade e a liberdade, a justiça e a fraternidade, refletindo a materialização do Contrato Social de Rousseau.

O cooperativismo é um sistema de idéias, valores e forma de organização da produção de bens e serviços e de consumo que reconhece as cooperativas como forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas, “seu objetivo não é o conjunto das pessoas, mas o indivíduo através do conjunto das pessoas” (Gouveia, 1977).

O cooperativismo pode adequar-se a qualquer atividade econômica, desde a produção, serviços, consumo e crédito. Todavia é oportuno considerar a afirmativa de VEIGA e FONSECA (1999): “O cooperativismo tanto pode ser um instrumento de emancipação dos trabalhadores como pode ser usado para tornar, para esses mesmos trabalhadores, mais desvantajosas as relações de trabalho”.

Em princípio o cooperativismo é, segundo VEIGA e FONSECA (1999),

“uma filosofia do homem na sociedade em que vive, um pensamento que procura construir uma nova maneira de processar a economia buscando-se no trabalho e não no lucro; na ajuda mútua e não na concorrência e competição; nos valores e necessidades humanas e não na acumulação individual do dinheiro e na exploração do trabalho de outras mulheres e homens. Para tanto o cooperativismo visa o aprimoramento do ser humano em todas as dimensões: social, econômica, cultural; preocupa-se com a qualidade de seus produtos e serviços, busca o preço justo, preocupa-se com seu entorno e com o meio ambiente e busca construir uma sociedade mais equitativa, democrática e sustentável. O cooperativismo é um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho e aparece historicamente junto com o capitalismo, mas se propõe como uma das maneiras de sua superação”.

O cooperativismo é, portanto, uma forma alternativa de pensar e realizar o trabalho e coordenar a economia. A economia solidária utiliza o poder de articulação coletiva dos indivíduos a partir de suas trajetórias mais ou menos compartilhadas; parte de um referencial teórico e prático longamente acumulado na história das classes trabalhadoras. Reconhece que sua força está na participação e na comunicação; necessita estar integrada no território e nas redes de informação; usa de pressão coletiva para organizar apoio político e para barganhar mercado; e necessita ter capacidade de articular potenciais humanos e sociais como uma componente estratégica de transformação e de realização de seus objetivos.

De acordo com a Lei 5764/71 a cooperativa é: “uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeita a falência, constituída para prestar serviços a seus associados”.

“O cooperativismo brasileiro, enquanto instrumento de política governamental, como Alencar (2001) comenta:

“assenta-se na perspectiva técnico-econômica. Todavia, as suas bases, a exemplo de vários outros países, fundamentam-se nos princípios reformistas como os dos pioneiros de Rochdale (livre adesão, controle democrático, neutralidade política, religiosa, etc.). Embora esses princípios sejam os pontos de referência para a organização interna das cooperativas brasileiras e os elementos ideológicos utilizados para legitimá-las como instrumento de mudança social, na prática tais princípios são muitas vezes formalísticos, isto é, constam dos estatutos e do discurso, mas não da prática cooperativa”.

Todavia, Barbosa (2007) comenta que:

“Mesmo reconhecendo o antagonismo reinante no movimento cooperativista brasileiro, cuja contradição central é a reprodução do sistema no sentido da relação capital/trabalho, cujo reflexo é a permanente e precária condição de sobrevivência que o trabalhador continua enfrentando através das pseudoscooperativas mas, temos que reconhecer que as cooperativas que se pautaram nos reais princípios cooperativistas tendo o trabalho e não o capital como os valores primordiais, de fato representa a concretude dos direitos humanos na geração de emprego e renda”.

“É claro que a alternativa à crise pela via de desvalorização da força de trabalho é uma receita conhecida na história do capitalismo. Como se sabe, a expansão do capital ao longo desses séculos não só extinguiu forças econômicas não só feitas aos interesses de acumulação, mas também subordinou formatos sobreviventes a sua lógica mercantil, embora modelos de organização e regulação social não tenham se homogeneizado, de modo que ainda é possível indagar sobre práticas econômicas não convencionais ao formato capitalista e sobre sua participação nas relações sociais de seu tempo. Duas alternativas se apresentam: as atividades de subsistência que pouco interessa ao capital; as atividades informalizadas que baixam os custos do trabalho, formando uma atualizada e rentável maneira de acumulação capitalista, de modo subordinado. Tanto uma como outra podem ser encontradas na economia solidária...”

A economia solidária segundo Barbosa (2007) são ações econômicas realizadas em sistema de autogestão através de cooperativas ou associações, tanto no campo como na cidade.

O sentido ideológico traduz-se na permissividade das mudanças e na crença da possibilidade de construir um mundo do trabalho desvinculado daquele restrito aos grandes produtores e consumidores. O consentimento à dualidade reitera segmentação e hierarquização social que vem pondo por terra práticas e valores da universalização e igualitarismo social, outrora conquistados em algumas nuances. A ideia de que possamos fazer o contrário praticando o cooperativismo (o novo cooperativismo) parece mais complicada do que a ideia sugere, na medida em que a dualidade é o simulacro da dominação, pervertendo a visão da totalidade social, em termos teóricos e o igualitarismo, em termos políticos.”Barbosa (2007).

Concordamos com os argumentos de VEIGA e FONSECA (1999) de que o cooperativismo tem sido instrumento de defesa tanto de governantes e indivíduos reacionários e conservadores de direita quanto aos progressistas que defendem mais liberdade e justiça social de tal forma que ele é ajustado de acordo com o ambiente social. Em seus estudos Alencar (2001) considera que, “as cooperativas estão sujeitas às influências do sistema social em que estão estabelecidas. São essas influências que levam as cooperativas a assumirem uma configuração concreta em uma sociedade específica, fazendo com que seus princípios organizacionais sejam, muitas vezes, formalísticos. Por exemplo, estudos conduzidos por agências internacionais de desenvolvimento, no início da década de 1970, na América latina, Ásia e África mostraram que a estrutura tradicional de poder local envolveu as cooperativas, transformando-as em um instrumento de controle social pelas elites locais. Essas elites limitam a participação de pequenos produtores, utilizam os serviços das cooperativas para benefício próprio e dos seus

aliados políticos. Tais fatos levaram RIOS (1976) a concluir, em seu estudo realizado no nordeste do Brasil, que as cooperativas estudadas eram mais um instrumento de controle social do que um instrumento de mudança social”.

5.1.1. O Cooperativismo Internacional

Ao longo da história, o ser humano, de diversas formas, épocas diferentes e diferentes finalidades experienciaram resultados de ações grupais, voluntárias, solidárias e de cooperação face às adversidades enfrentadas, sendo o movimento cooperativista, na relação capital/trabalho, de grande importância.

O cooperativismo como movimento vigente surgiu a partir da Europa no contexto de grandes descontentamentos da sociedade provocado pela revolução industrial no século XVIII. Em diversos países havia variadas experiências de organização de grupos como alternativas de combate as desigualdades: na Alemanha começou como forma de ajuda aos agricultores, sob forma de assistência creditícia, através de caixas rurais pelo Burgo-Mestre WILHELM RAIFFEISEN, que muito se preocupava com a inexpressiva renda dos pequenos produtores rurais, o Burgo-Mestre buscava alternativa de aumentar o poder aquisitivo dos produtores rurais sem que houvesse interferência no sistema econômico da época; mas foi na Inglaterra, mais precisamente em 1844 quando se instalou o primeiro armazém cooperativo de consumo formado por 28 tecelões que ficaram conhecidos na história como “Equitativos Pioneiros de Rochdale” que viviam em constante penúria, provinda dos baixos salários pagos pelos patrões. Como comenta Veiga e Fonseca,

“Os Pioneiros de Rochdale” desenvolveram várias outras cooperativas, como por exemplo, de habitação, produção de vários produtos e abriram várias filiais da cooperativa de consumo. A sociedade dos Pioneiros de Rochdale mostrou enorme capacidade de adaptação às oportunidades e aos riscos da economia de mercado, e fez isso sem abrir mão dos princípios cooperativistas. “Pelo contrário, foi exatamente a harmonização desses dois fatores que possibilitou seu crescimento tornando-a um modelo das cooperativas futuras”.

“A sociedade prosperava economicamente, funcionando de forma democrática e participativa e exercendo sua função social. Essa atitude representou uma reação à ganância capitalista que, na época, submetia crianças e mulheres a uma jornada de até 16 horas de trabalho. O êxito dessa iniciativa tornou-se um exemplo para outros grupos. As cooperativas de consumo multiplicaram-se pela Europa de forma tão intensa que, em 1881 já existiam cerca de mil sociedades e 550 mil associados.”

Segundo Roberto Rodrigues em uma palestra denominada de “O cooperativismo no mundo. Brasília, 17/06/2008”, a partir dessas experiências o cooperativismo expandiu-se pelo mundo chegando no século XXI contando com:

- Mais de 100 milhões de emprego; 20% a mais do que as multinacionais;
- No Japão, 91% dos agricultores são cooperativados;
- 40% dos americanos e a eletrificação rural feita pelas cooperativas;
- Na Índia, cerca de 50% do açúcar é produzido pelas cooperativas;
- Na Itália, as cooperativas contam com mais de 240 milhões de pessoas;
- No Canadá, mais de 75% da produção de trigo e outros cereais são produzidos pelas cooperativas;
- No Kênia 20 milhões de pessoas sobrevivem em razão das cooperativas;
- Na Bélgica, as cooperativas detêm 19.5% do mercado de farmacêuticos;
- Na Colômbia, 35% do café é produzido pelas cooperativas;
- Na Finlândia as cooperativas são responsáveis por: 74% do mercado de carne, 50% de ovos e 34% de produtos florestais;
- Na Noruega, 8,7% das exportações e 99% da produção de leite;
- No Uruguai, 90% da produção de leite;
- Na França, 90% dos agricultores são cooperativados;
- Na Coreia, 91% dos agricultores são cooperativados
- Na Nova Zelândia, 95% das exportações de leite, 70% do mercado de carne e 70% do mercado de fertilizantes.

Existem cooperativas que atingiram dimensões transnacionais, como a de MONDRAGON, na Espanha, cooperativados mais ricos, como por exemplo, a CCPL, dos extratos médios como a UNIMED no Brasil e dos mais pobres, como por exemplo a COOPARJ, de parafusos, formada pelos trabalhadores.

No Brasil, o cooperativismo aparece tanto como um instrumento eficiente para a organização econômica da agricultura de exportação e da agricultura capitalizada voltada para o abastecimento interno quanto para a comercialização dos produtos dos pequenos produtores. E, hoje, como solução, para o problema de desemprego de um enorme contingente de trabalhadores e todas as profissões, das mais qualificadas às mais baixa qualificação.

As primeiras cooperativas criadas no Brasil foram, no final do século XIX, mais precisamente em 1891, cujo período, até 1930, foi considerado de

descontentamento das populações urbanas, marcado pelas constantes crises, nesse período, geradas pelo mercado do café. Esta crise repercutiu nas atividades ligadas ao mercado interno e como consequência a redução de postos de trabalho, na super exploração da força de trabalho e na redução do poder aquisitivo dos trabalhadores. Neste contexto as empresas passam a estimular a criação de cooperativas de consumo, visando baixar os preços da alimentação de seus empregados. Como exemplo citamos a cooperativa de consumo dos empregados da Companhia Telefônica de Limeira em São Paulo (1891), a Società Cooperativa delle Convezioni Agricoli, em Alfredo Chaves(Veranópolis-RS), e Antônio Prado-RS e a cooperativa Militar de consumo, na Guanabara(1894),(OCB-2004).

No ano de 2004 a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB lançou uma obra literária denominada de “COOPERATIVISMO BRASILEIRO, UMA HISTÓRIA” que em sua página 115 trata da visão do cooperativismo contemporâneo:

“O cooperativismo passa por um momento-chave na sua história. Inserido num mercado globalizado e de alta competitividade, o momento tem um novo papel. Doutrina que visa a promover o desenvolvimento econômico e social a partir da cooperação e da ajuda mútua, o cooperativismo se apresenta como a via mais moderna e atual para reduzir os efeitos negativos do capitalismo- a concentração de renda e a exclusão social. Distorcido e penalizado, o desenvolvimento econômico baseado nas necessidades de capital de um único indivíduo gera excessiva concentração de riqueza, promovendo um universo de excluídos e marginalizados. O cooperativismo se apresenta, então, como a solução lógica para combater esse desequilíbrio. A concepção idealizada e administrada pelos pioneiros de Rochdale e eternizada pelos princípios do cooperativismo reúne todos os requisitos necessários. Pessoas unidas trabalhando em busca de resultado econômico e benefícios sociais que naturalmente se reverterão em favor de toda a comunidade é a resposta organizacional para os problemas atuais. O desafio do cooperativismo contemporâneo, então, está em propiciar às cooperativas plenas condições para desempenhar esse papel”.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileira – OCB, no ano de 2008, o Brasil contou com a existência de 7.682 Cooperativas que totalizaram 7.887.707 associados e geraram 254000 empregados direto. Apesar de ser relativamente pequena participação na geração de postos de trabalho, em relação ao universo dos trabalhadores brasileiros, mas de alguma forma contribui com mais de 8 milhões de trabalhadores (somando-se os associados e os empregados), ora para impedir a perda ora para reinserir trabalhadores no campo do trabalho. Além da contribuição na economia brasileira com um faturamento anual que supera a casa dos R\$ 84 bilhões. (dados da OCB – 2008).

5.1.2. O Cooperativismo na Região Norte

O cooperativismo na região Norte não é tão expressivo quanto no sul e sudeste, mas os dados da Organização das cooperativas Brasileiras-OCB (2009), computam a existência de 10% do total do universo de cooperativas brasileiras. Ainda que pequena em termos percentuais em nível nacional, mas, podemos identificar a contribuição sócioeconômica das cooperativas em diversos Estados amazônicos, como no Acre a cooperativa de castanheiros, no Amazonas as cooperativas: COOMAPEM (Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru Ltda, COOAPIR(Cooperativa Mista Agropecuária de Iranduba Ltda, ASCOOPE(Cooperativa dos Produtores rurais da Comunidade de Sagrado Coração de Jesus do Paraná da Eva Ltda, Cooperativa Mista de Itacoatiara Ltda e CPU-UATUMÃ (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores do Projeto UATUMÃ. No Estado do Pará, dentre as cooperativas podemos citar: CCOPSAI (Cooperativa de Serviços Agroflorestais e Industriais- Barcarena-PA, COOPFURT (Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores Rurais de Igarapé Miri. Nos demais Estados amazônicos certamente tem cooperativas que poderiam ser citadas, todavia as citadas já tem o reconhecimento da OCB, portanto, são referências do cooperativismo como modelo de desenvolvimento rural na região.

5.1.3. O Cooperativismo no Estado do Amapá

Segundo os dados do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Amapá - OCB/AP (2010), das 81 cooperativas regulares, registradas conforme preconiza a legislação, 29 são rurais e destas 26 são do setor agropecuário. Das 26 cooperativas do setor agropecuário, 20 são cooperativas agro-extrativistas.

As cooperativas do setor agropecuário amapaense, estão presentes em todos os municípios, sendo apenas exceção o município de Pracuúba. Todas as cooperativas agro extrativistas em atividade (muitas estão inativas) têm mantido certa similaridade de avanços e de dificuldades na consecução de seus objetivos. Portanto dentro desse universo, como importante campo de estudo, opinamos pela Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agro-extrativistas do Alto Cajarí - COOPERALCA. Constituída em 1996, por 76 extrativistas que são predominantemente coletadores de castanha-do-Brasil. Conseguiram construir uma fábrica para secagem e seleção das castanhas, conseguiram comercializar a produção dos associados por vários anos e apesar de 14 anos de existência a

cooperativa não conseguiu um equilíbrio financeiro, portanto encontra-se sem operação e inadimplente com os agentes financiadores e seus associados desmotivados para retomarem a ativação da cooperativa.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa está centrada no entendimento do processo produtivo dos extrativistas associados à cooperativa. Portanto, adotou-se o método de estudo de caso da COOPERALCA na tentativa de identificar a sua contribuição sobre a melhoria de vida dos seus associados, bem como sua contribuição no desenvolvimento da região em que atua. Para tanto requer uma análise dialética face as contradições que permeiam a realidade local.

A pesquisa foi estruturada contendo 04 fases: a- levantamento bibliográfico e documental da área de estudo; b- levantamento de dados de campo; c- tratamento das informações obtidas e d- redação final da dissertação.

Desta forma a pesquisa contempla também a observação participativa na perspectiva de oportunizar maior interação do pesquisador com os extrativistas com vista à melhor apreensão da realidade; a aplicação de questionários, totalizando 50 entrevistas, sendo 25 entrevistas com associados e 25 entrevistas com não associados que congregam as comunidades da área de atuação da COOPERALCA cujo universo de famílias chega ao número de 390, portanto 12,8% foram entrevistados; a cooperativa é formada por 76 associados, portanto foram entrevistados 32,89%; foram realizadas visitas semi-estruturadas e reuniões com pequenos grupos informais de extrativistas e familiares nas comunidades mais representativas; lideranças locais, presidente e ex-presidentes da cooperativa, também foram entrevistados. O Programa utilizado para realizar as análises estatísticas foi o SPSS 14. Statistic for Scienc Sociais .As análises estatística realizadas foram “análise descritiva dos dados” e Análise CrossTables.

Coletadas todas as informações passamos para análise e durante esta fase retornamos à reserva com a finalidade de socializar as informações obtidas e oportunizar um processo de reflexão com os associados, diretores e membros do conselho fiscal. A reunião foi recheada de declarações dos associados e diretores que ratificaram a nossa leitura e que lhes serviu para tomarem uma decisão: reunir novamente em outra data para elaborarem um plano para a safra da castanha. Naquele momento recebemos o convite dos presentes para a citada reunião. Participamos e ao final da reunião constituíram um grupo composto por associados de duas comunidades: Santa Clara e Itaboca (o que em cooperativismo denomina-

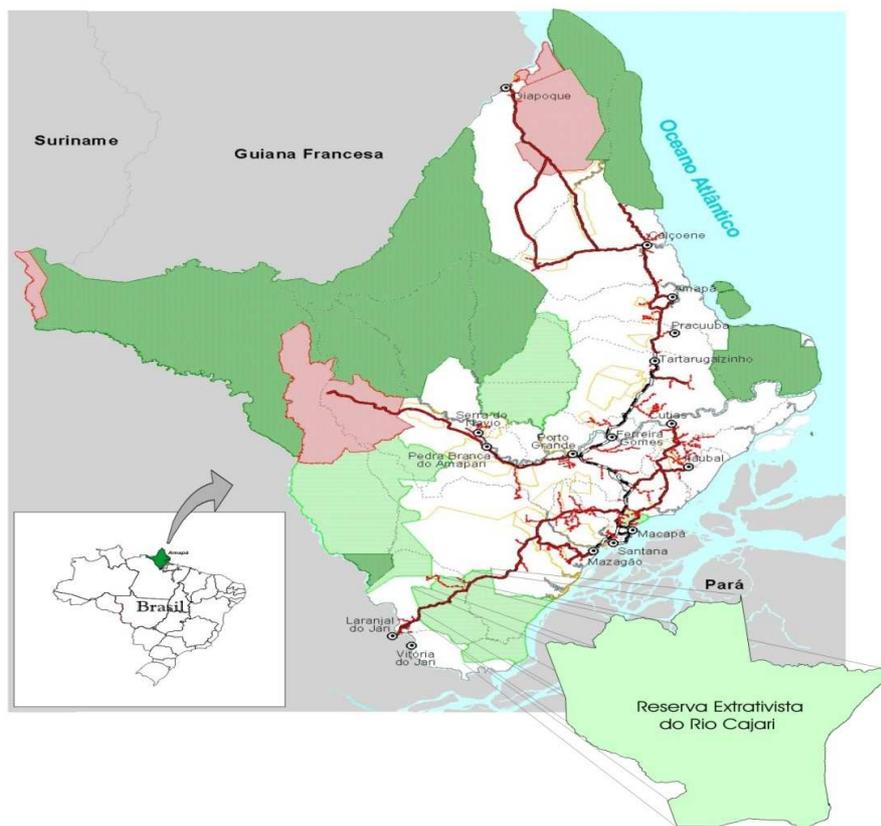
se de núcleo de base para defesa de interesses dos respectivos associados junto a cooperativa). A diretoria informou que replicaria em outras comunidades essa idéia surgida no grupo ora criado que com certeza contribuirá para fluir melhor a comunicação e melhorar a gestão da cooperativa.

No que se refere às comunidades buscou-se contemplar as mais representativas da área de atuação da cooperativa. Para a seleção das pessoas adotou-se o método aleatório.

6.1. ÁREA DE ESTUDO

Segundo o Relatório/2008 da Unidade Avançada da Reserva Extrativista do Rio Cajari, denominada de: RESEX-CA, foi criada pelo decreto nº 99145 de 12/03/90, tem uma área de 501.771,1014 hectares e está localizada ao sul do Estado do Amapá e a sudoeste de Macapá, capital do Estado. Abrange áreas dos Municípios de: Mazagão, ao norte, nordeste e leste, equivalente a 216.344,5282 hectares, Laranjal do Jarí, a oeste, compreendendo 202.229,5427 hectares e de Vitória do Jarí, ao sul, com 83.197,0205 hectares. Conforme mapa da imagem 1:

IMAGEM 1 - LOCALIZAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARÍ



(Fonte: VIANA, 2005)

Afirma também o relatório citado que: “As Reservas Extrativistas são unidades de conservação (UC) que tem como principais objetivos conciliar a preservação dos recursos naturais com o uso sustentável e manter a cultura das populações residentes. O artigo 1º do decreto de criação da Reserva assim define: “as reservas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações tradicionais”.

A reserva extrativista do cajari está localizada nos municípios de: Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari, tem como limites: o rio Amazonas, o rio Ajuruxí, o rio Matauaú e o Igarapé Santo Antônio; pode-se acessar a reserva extrativista do cajari tanto por via fluvial quanto por via rodoviária. Por via fluvial, saindo de Macapá, sobe-se o rio Amazonas de embarcação (barco, lancha) aproximadamente 100 km até a foz do rio cajari que forma a mais importante bacia hidrográfica da reserva extrativista cajari. O clima é quente e úmido, típico da região amazônica; marcado por um período mais chuvoso nos meses de janeiro à junho e um período menos chuvoso nos meses de julho à dezembro.

A RESEX- CA é formada por três micro-regiões denominadas de: Baixo Cajari, Médio Cajari e Alto Cajari.

O Baixo Cajari e a parte da região que tem influência das marés do rio Amazonas, incluindo o rio Ajuruxi que tem igarapés e lagos temporários que se formam na depressão das áreas de campos formando várzeas e igapós. Nessa área há ocorrência de camarão e de açazais importantes tanto para a dieta alimentar das famílias como fonte de renda.

O Médio Cajari é formado por áreas de várzeas, campos alagados, por florestas de várzeas e de terra firme, há ocorrência de açazais, principalmente nas áreas de várzeas e que pela importância da exploração dos açazais foi constituída uma cooperativa para o aproveitamento do palmito do açai e teve o apoio da WWF e do Governo Federal. Além da produção dos açazais (fruto e palmito) os extrativistas também desenvolvem agricultura de subsistência (mandioca, arroz, milho, feijão, criação de pequenos animais, dentre outros, importantes para a sua dieta alimentar.

O Alto Cajari é formado por savanas e floresta de terra firme cortadas pela rodovia federal 156, trecho Macapá-Laranjal do Jari. Essa rodovia serve de acesso dos extrativistas aos mercados de Macapá e Laranjal do Jari.

Nessa região existem áreas de florestas com grandes adensamentos de castanha-do-brasil dentre outras, com populações dispersas ou mesmo sem a

presença desse espécime, porém igualmente relevantes para as economias extrativistas dessa reserva, importantes como locais de extração de cipó, frutos, resinas e mesmo de caça. Os traços gerais que caracterizam esse espaço é a presença de solos de alta fertilidade natural, que com o acesso facilitado por rodovia federal, ramais e trechos fluviais não encachoeirados.

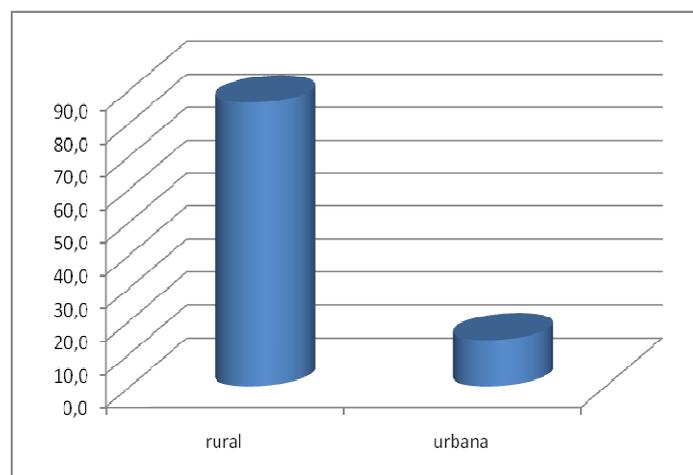
A RESEX-CA conta com duas cooperativas: A COOPER-CA - Cooperativa dos Produtores Agros Extrativistas do Rio Cajarí que foi constituída no ano de 1996, por extrativistas tendo como atividade principal o processamento, preservação e produção de conserva de frutas, legumes e outros vegetais, no Médio Cajarí e que compreende as localidades de: Conceição do Muriacá, Anari Grande, Antônio José, Poção, Onça, Tucunaré, Aturiá, Urucuteua e Floresta, e, a Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agro-extrativistas do Alto cajarí-COOPERALCA, constituída em janeiro de 1996, por 76 extrativistas, coletadores de castanha-do-brasil. Tendo como atividade principal; beneficiar a castanha-do-brasil e desenvolver outras atividades agro-extrativistas dentro da reserva, comercializando, agregando valor à produção para melhorar a renda das famílias do Alto Cajarí.

7 – RESULTADO E DISCUSSÃO

7.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO EM ESTUDO

No Alto Cajari a ocupação humana ocorre predominantemente nas áreas de floresta nos perímetros de maior ocorrência de castanhais, ou próximas delas. Dos extrativistas entrevistados, 88% declararam sua origem do meio rural, enquanto 12% declaram serem do meio urbano, conforme gráfico 1 a seguir:

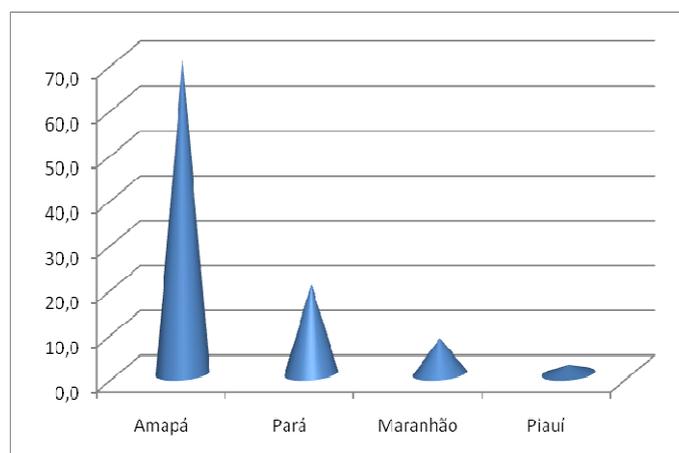
GRÁFICO 1 – ORIUNDOS DO CAMPO OU DA CIDADE



Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Dos extrativistas entrevistados 70% são oriundos do Estado do Amapá, 20% do Estado do Pará, 8% do Estado do Maranhão e 2% do Estado do Piauí, conforme gráfico 2 a seguir:

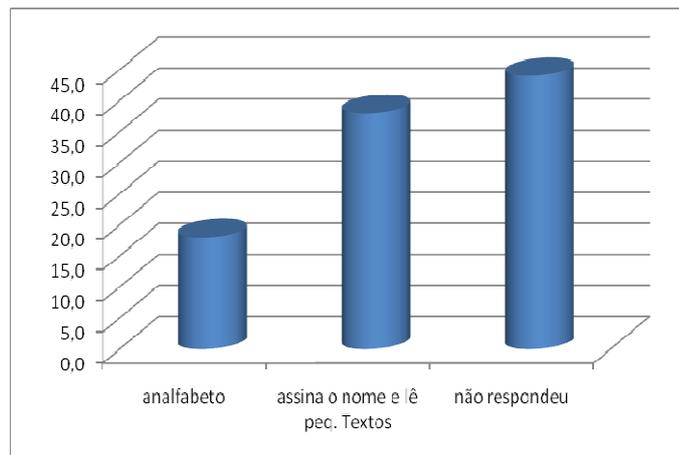
GRÁFICO 2 - ORIGEM DO EXTRATIVISTA



Fonte: Dados da pesquisa, 2009.

Sobre a escolaridade, conforme o gráfico 03 identificou que a maioria da população entrevistada tem baixo grau de escolaridade: sendo: 18% serem analfabetos, por sinal, um índice acima da média de analfabetos do Estado do Amapá: 11%, IBGE (2000), 38% declararam serem alfabetizados, 44% não respondeu.

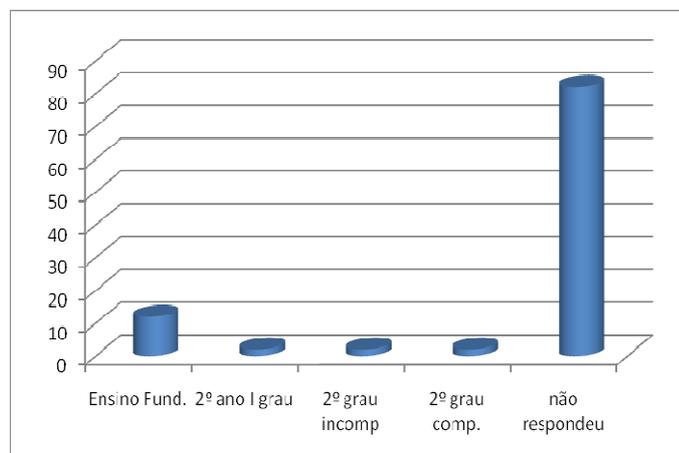
GRÁFICO 3 – ESCOLARIDADE DO EXTRATIVISTA



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Dos entrevistados sobre quem freqüentou escola, podemos verificar no gráfico 04 que apenas 12% freqüentaram apenas o ensino fundamental, 2% com o ensino médio incompleto, 2% completaram o 2º grau e 82% não respondeu.

GRÁFICO 4 – FASE DO ENSINO QUE O EXTRATIVISTA FREQUENTOU



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Quanto aos aspectos habitacionais, comumente os moradores da área em estudo habitam em pequenas vilas, formadas por núcleos familiares, onde se encontram os seguintes vilarejos: Sororoca, Santa Clara, São Pedro, Aningal,

Itaboca, Água Branca, Dona Maria, Santarém, Mangueiro, Açaizal, Marinho, e Martins. Há também extrativistas que moram em habitação dispersas nessas áreas, mas sempre inseridos no convívio de algum desses vilarejos. Em termos de número de famílias e infra-estrutura a vila de Água Branca do Cajari é a mais importante, localizada às margens da BR 156, trecho Macapá - Laranjal do Jari, km 210, contém mais de 80 famílias, igreja católica e evangélica, escola de 1º e 2º grau, unidade mista de saúde, escritório do serviço de extensão rural, sistema de distribuição de água, serviço de telefonia e algumas mercearias, e, historicamente foi o maior local de concentração de castanha da região.

IMAGEM 2 – VILA DE ÁGUA BRANCA DO CAJARI



(Foto: Ribamar Quintas. 12/03/2010)

IMAGEM 3 – COMUNIDADE DE SOROROCA



(Foto: Ribamar Quintas. 12/03/2010)

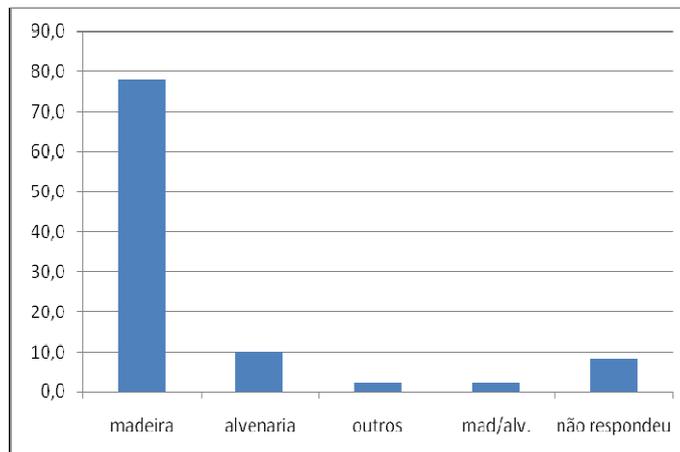
IMAGEM 4 – COMUNIDADE DE SANTA CLARA – SEDE DA COOPERALCA



(Foto: Ribamar Quintas. 12/03/2010)

As habitações do alto Cajari são predominantemente de madeira, sendo: 78% dos entrevistados são de madeira da região, 10% constituída em alvenaria, 2% mista (madeira bruta e alvenaria), 2% não soube especificar e somente 8% não respondeu, de acordo com o gráfico 5. Há de destacar que o atual padrão das habitações é, em parte, resultante do acesso dos extrativistas ao programa de habitação do INCRA.

GRÁFICO 5 - TIPO DE RESIDÊNCIA DOS EXTRATIVISTAS

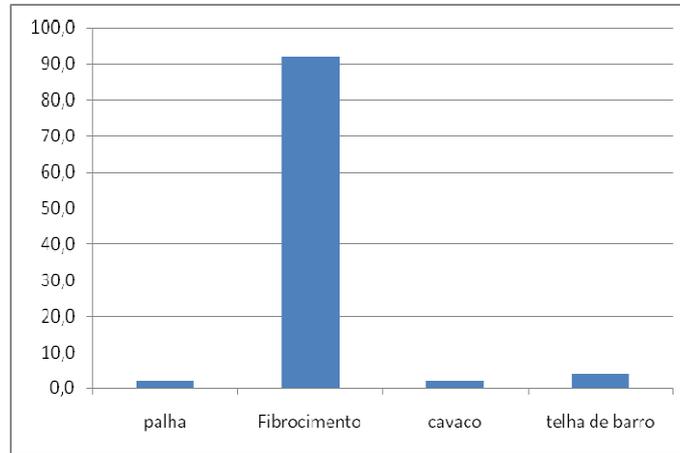


Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Quanto à cobertura das habitações, 92% são de fibrocimento. Poucos os entrevistados que utilizam outros materiais para a cobertura de suas habitações: 2% de palha (folha de palmeira da região), 2% utilizam cavaco (pedaços de madeira) e 2% utilizam telha de barro, conforme o gráfico 6. Apesar da telha de fibrocimento ser a menos recomendada para a região, por sua propriedade de maior transmissão de

calor, o uso predominante se deve principalmente pela estética e como símbolo de melhoria econômica.

GRÁFICO 6 - TIPO DE COBERTURA DA MORADIA DOS EXTRATIVISTAS



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

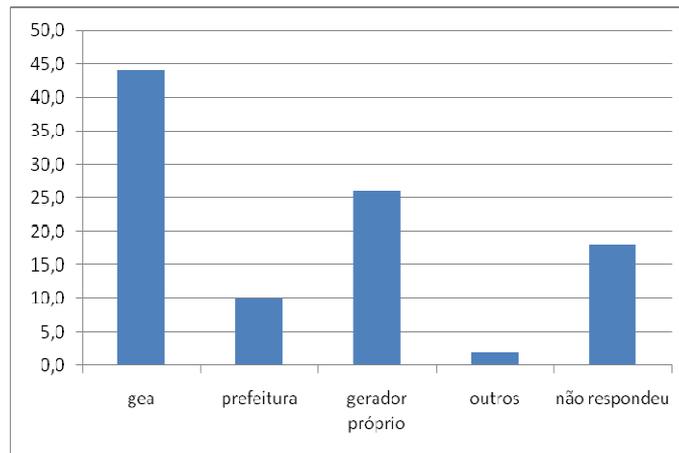
IMAGEM 5 – COMUNIDADE DE ÁGUA BRANCA DO CAJARI – TIPO DE RESIDÊNCIA



(Foto: Ribamar Quintas. 12/03/2010)

Com relação à energia elétrica, no alto Cajari, os vilarejos dispõem de um sistema independente de geração de energia local gerada por pequenos geradores acionados por motor a diesel, com disponibilidade de energia diária de 04 à 06 horas, sendo: 44% é fornecida pelo governo e 10% pela prefeitura, 26% através de gerador particular, 18% não responderam e 2% não souberam definir a fonte, de acordo com o gráfico 7.

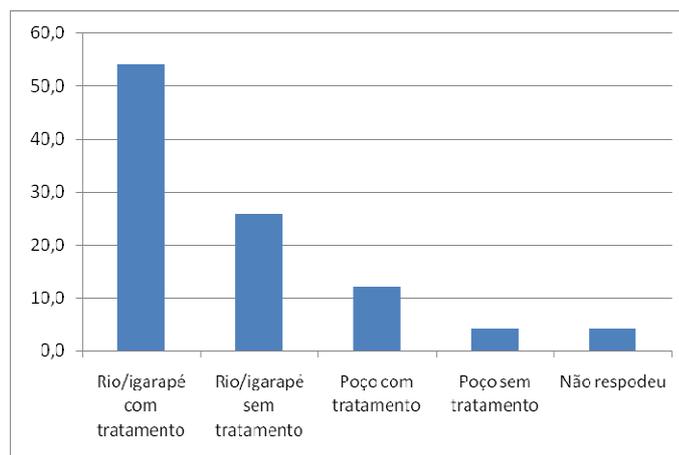
GRÁFICO 7 – ENERGIA ELÉTRICA



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Os rios e os igarapés são a fonte de água para o consumo humano, sendo que: 54% dos entrevistados fazem tratamento e 26% não tratam, 12% tem o poço amazônico com tratamento da água, 4 % utilizam poço amazônico sem tratamento da água e 4% não responderam, conforme gráfico 8. Nesses percentuais estão incluídos moradores do vilarejo de Água Branca que contém um sistema de tratamento e distribuição de água da CAESA (companhia de Água e Esgoto do Estado).

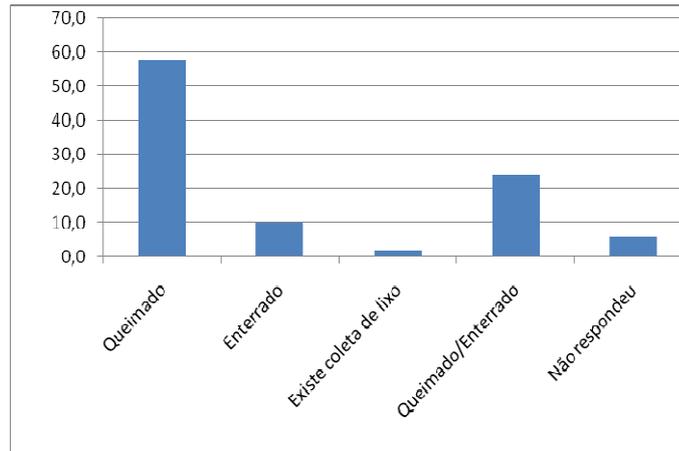
GRÁFICO 8 – ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Não menos importante, quando questionado sobre o destino dado ao lixo domiciliar, observou-se no gráfico 9 que 58 % das famílias têm o hábito de queimar, 24% queimam ou enterram, 10% enterram apenas 2 % não utilizam esta prática por haver coleta na vila onde moram e 6% não responderam, conforme o gráfico 9.

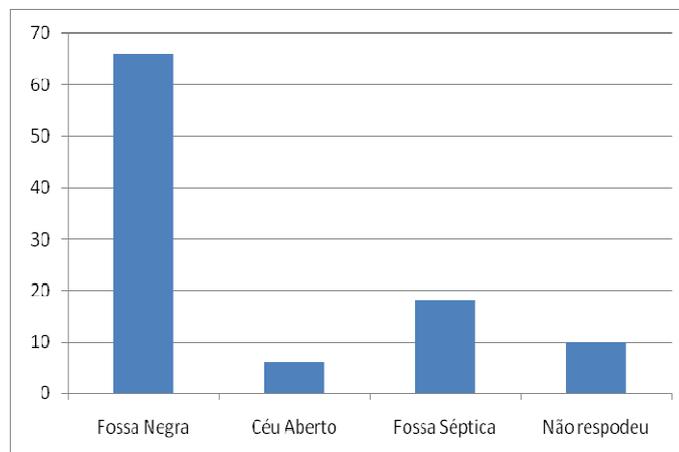
GRÁFICO 9 – DESTINO DO LIXO



Fonte: Pesquisa. Dez/1009

Dos extrativistas entrevistados, 68 % destinam os dejetos humanos em fossas negras, 18% em fossas sépticas e 4% destinam os dejetos em céu aberto e 10% não respondeu, conforme o gráfico 10.

GRÁFICO 10 – DESTINO AOS DEJETOS HUMANOS

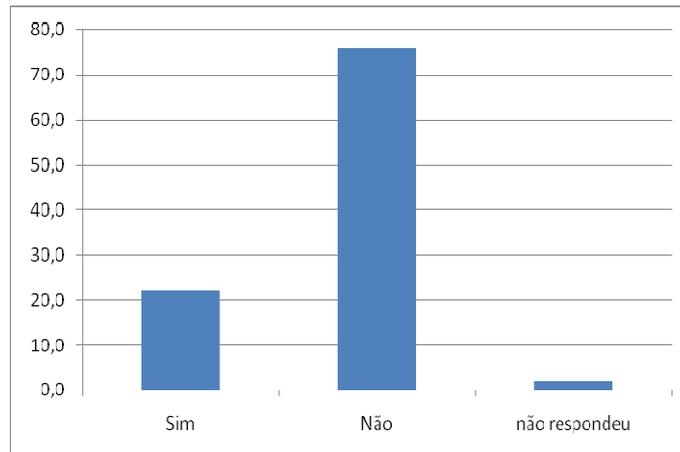


Fonte: Pesquisa. Dez/2009

7.2 - O Associativismo no Alto Cajari

Longe daqueles que pensam que os extrativistas vivem de forma isolada, sem participação de grupos formais em defesa de seus interesses, os dados coletados indicam significativo grau de participação nas entidades de classe, de tal forma que os extrativistas entrevistados declararam fazerem parte de várias entidades de representação da categoria, tais como: sindicato rural, associação, cooperativas e conselho da reserva extrativista. Destes, 22% declararam ser associado do sindicato rural conforme o gráfico 11.

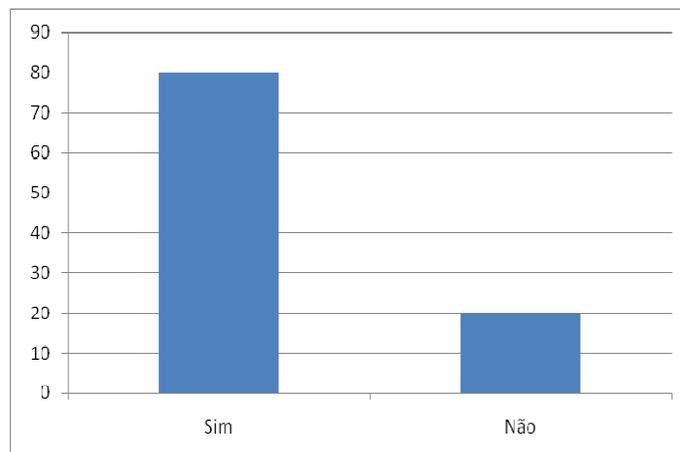
GRÁFICO 11 – SÓCIO DO SINDICATO



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

O gráfico 12 demonstra maior envolvimento dos extrativistas na Associação dos Trabalhadores extrativistas do cajari, conhecida pela sigla ASTEX-CA com a declaração de 80% dos entrevistados como associados. A ASTEX-CA é a entidade de representação dos extrativistas junto ao IBAMA; esta é uma das razões deste percentual de associados, conforme o gráfico 12.

GRÁFICO 12 – SÓCIO DA ASSOCIAÇÃO

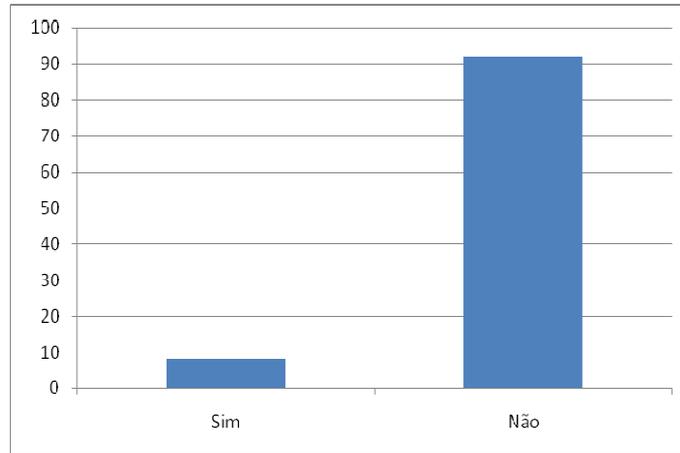


Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Quanto ao Conselho comunitário que é uma instância deliberativa dos interesses gerais dos extrativistas e do cumprimento da legislação federal relativo às reservas extrativistas, formada por representantes das comunidades que compõem a reserva e mais os representantes dos órgãos federais: IBAMA, ICM-BIO dentre outros, 8% dos entrevistados declararam que participam. Esse percentual está

relacionado à participação de apenas um representante por comunidade, como membro titular do Conselho, conforme gráfico 13.

GRÁFICO 13 – SÓCIO DO CONSELHO



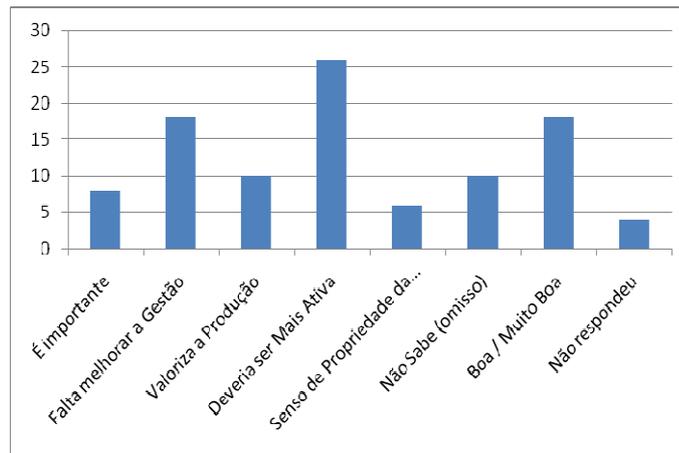
Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Quanto à participação dos extrativistas na COOPERALCA podemos considerar expressiva uma vez que a cooperativa conta com um quadro de 76 associados, portanto 19,48% do universo de 390 extrativistas do alto Cajari.

Dentro do conjunto de investigação passamos citar as que julgamos mais relevantes:

Quanto a opinião dos entrevistados sobre a cooperativa. No gráfico 14 podemos ver que as respostas abrangem diversos pontos, porém todos convergindo para uma leitura de reconhecimento da importância como instrumento de apoio a melhoria econômica assim como apontando debilidades na área de gerenciamento. A resposta que chamou a atenção foi de reconhecimento de que a cooperativa deveria ser mais ativa com 26% de declaração dos entrevistados, dando entender de que a diretoria deveria ser mais dinâmica em suas ações para promover melhores serviços aos associados, 18% declarando que falta melhorar a gestão, esses dois indicativos se somarmos teremos 44% dos entrevistados demonstram evidências da ineficiência da gestão que se encontra a cooperativa. Há de se reconhecer de que: 8% das declarações se referem que a cooperativa é importante, senso de propriedade 6%, 18% declararam muito boa e declarando que a cooperativa, valoriza a produção 10%, de acordo com o gráfico 14.

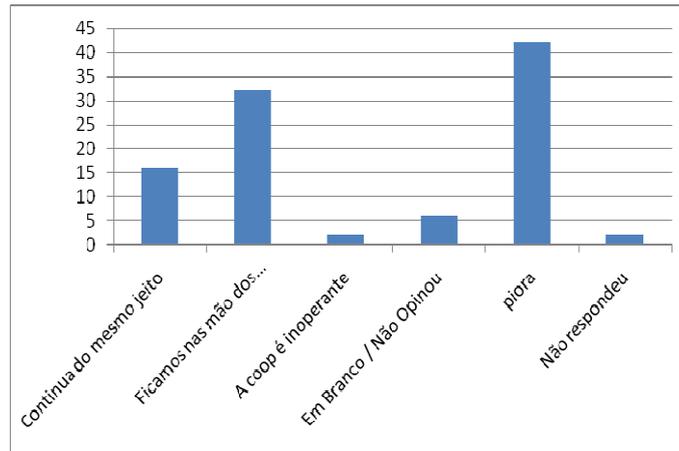
GRÁFICO 14 – OPINIÃO SOBRE A COOPERATIVA



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

A partir de inúmeros comentários de associados de que a cooperativa não comprou castanha na safra 2009 (a safra da castanha no Estado do Amapá vai de fevereiro à abril, ainda que a coleta se estenda, comumente, até junho), portanto, a cooperativa sem operação, os preços da castanha no mercado local estavam abaixo do esperado, a safra na medida em que terminava, aumentava a insatisfação dos castanheiros e se tornou comum os comentários negativos sobre a cooperativa. Suscitou a observação para identificar a visão dos entrevistados quanto a importância da cooperativa no mercado da castanha, observou-se que: ainda que fosse expressiva a insatisfação no interior da cooperativa, a resposta de apenas 16 % dos entrevistados confirmou que a situação continua do mesmo jeito, porém 32% declararam que sem a cooperativa todos ficariam na mão do atravessador e 42 % declararam que não fica do mesmo jeito, *piora* (termo usado pelo extrativista). Esta resposta tem o mesmo sentido da resposta que ficariam na mão do atravessador, portanto, somando-se (32% + 42%) teremos 74% dos entrevistados que têm a visão da importância da cooperativa na melhoria econômica dos associados. Conforme o gráfico 15.

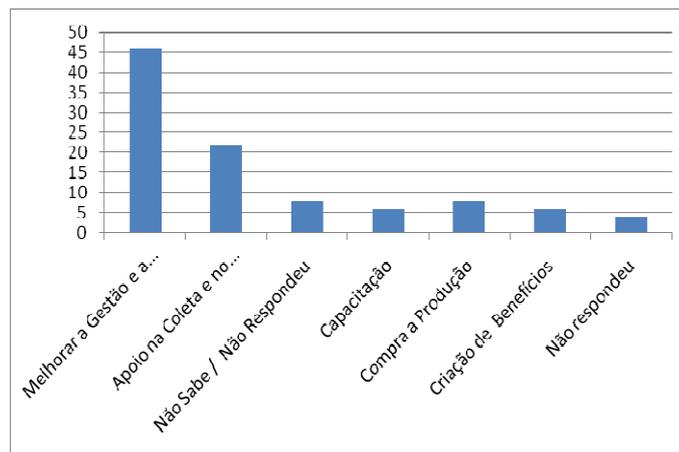
GRÁFICO 15 – SITUAÇÃO DOS CASTANHEIROS SEM A COOPERATIVA



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Na perspectiva da contribuição da cooperativa para a melhoria da situação dos castanheiros, conforme o gráfico 16 verificou que: a maioria das respostas: 46% dos entrevistados declararam que a cooperativa precisa melhorar a gestão e a administração. A segunda resposta de maior importância, com 22% indica o interesse de que a cooperativa deva apoiar os castanheiros na coleta da castanha e no escoamento da produção, seguida a compra da castanha.

GRÁFICO 16 – PARA MELHORAR A SITUAÇÃO DO CASTANHEIRO

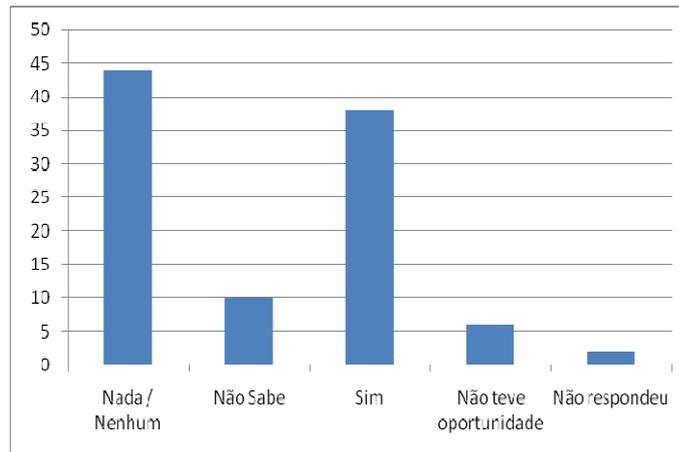


Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Quanto ao grau conhecimento dos associados sobre os princípios cooperativistas, perguntamos se a cooperativa já havia oportunizado alguma capacitação e nos deparamos com 44% dos entrevistados afirmando que não foram capacitados pela cooperativa e 38% responderam que foram capacitados, 6% não tiveram oportunidade e 2% não respondeu. Observou-se que o percentual elevado

de entrevistados que declararam que não foram capacitados pela cooperativa, não consideraram que muito dos cursos de capacitação ofertados na Reserva do Cajari e que participaram, não reconheceram serem ofertados pela cooperativa, conforme gráfico 17 a seguir:

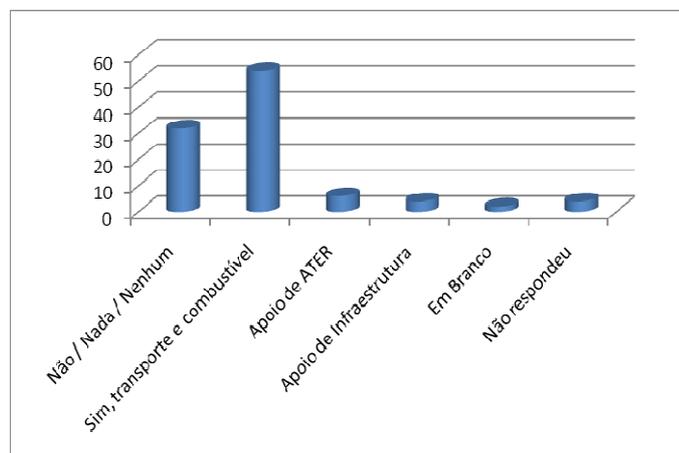
GRÁFICO 17 – CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE COOPERATIVISMO



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Quanto aos serviços disponibilizados pelo governo do Estado ou da prefeitura 54% alegaram contarem apenas com transporte e combustível ofertado pelo governo, 32% afirmaram não terem apoio do governo e apenas 6% terem apoio de ATER (assistência técnica e extensão rural), conforme gráfico 18 abaixo:

GRÁFICO 18 – SERVIÇOS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO

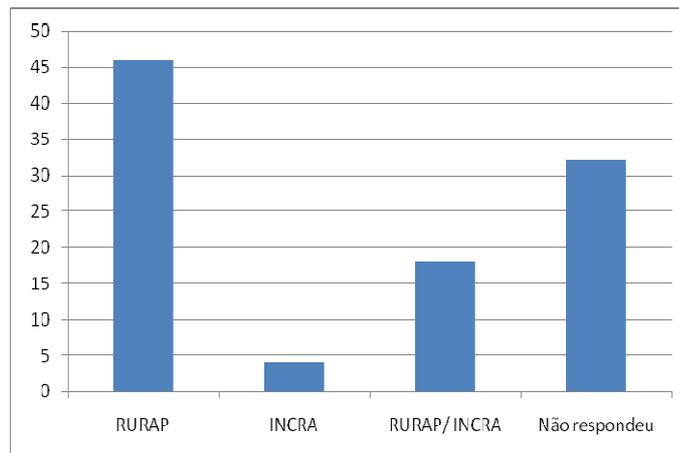


Fonte: Pesquisa. Dez/2009

As respostas dos entrevistados estão relacionadas às necessidades sentidas no processo produtivo sem observar outros serviços do Estado presente na comunidade como exemplo a educação. Como afirmativa das necessidades sentidas

para viabilizar o processo produtivo, o transporte da castanha sempre é uma das maiores preocupações dos castanheiros que dependem muito do apoio do governo. O serviço do Estado presente na região é o serviço de assistência técnica e extensão rural cuja entidade é denominada de RURAP e o INCRA que além da regularização fundiária presta fomento para as atividades produtivas, com ações integradas com o RURAP, conforme gráfico 19 a seguir:

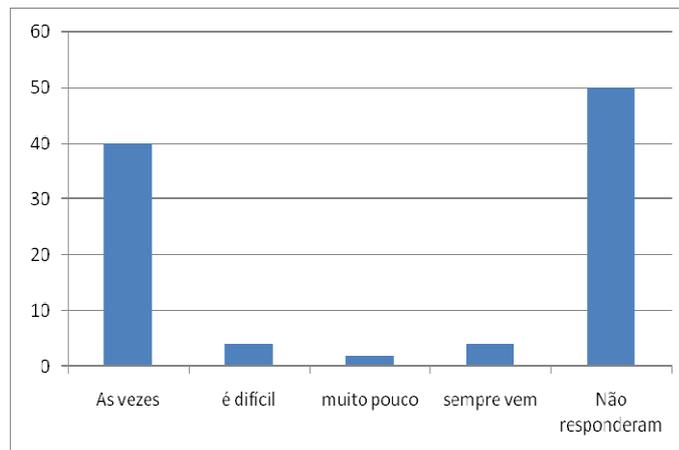
GRÁFICO 19 - INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Na presente pesquisa procurou-se identificar, também, que tipo e frequência da assistência técnica que recebiam do RURAP e do INCRA. Como resposta, identificamos uma frequência abaixo da expectativa dos extrativistas tendo o maior peso das repostas: às vezes com 40%, declarando que a assistência técnica é realizada sem regularidade, 4% declarando que é difícil, 2% muito pouco, 4% declarando que sempre vem e 50% não responderam, conforme gráfico 20, abaixo:

GRÁFICO 20 – FREQUÊNCIA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

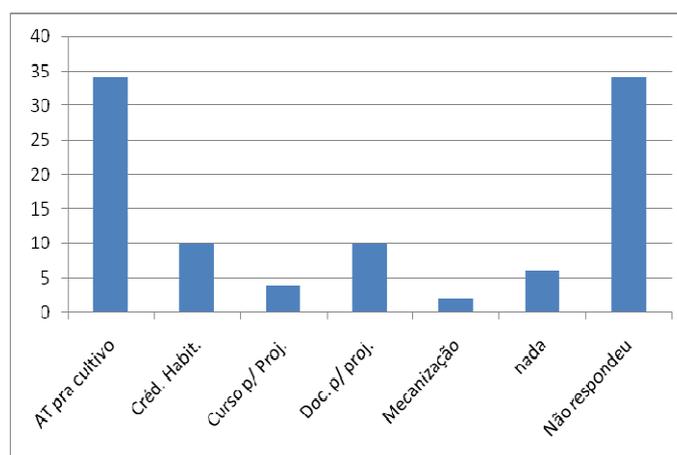


Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Os dados contidos no gráfico 21 demonstram que a assistência técnica recebida das instituições citadas, é predominantemente voltada ao incentivo à atividade agrícola, sem aparecer em qualquer das respostas dos entrevistados alguma ação de assistência técnica que seja voltada para a melhoria do sistema produtivo do extrativismo da castanha, assim como não apareceu ação dos órgãos de assistência técnica que indique estímulo a organização rural, nem em defesa dos interesses sociais nem econômico ficando evidente que a COOPERALCA não conta com orientação do Estado, com ações efetivas para superação das dificuldades que enfrenta no cotidiano tanto na área de gestão com relacionado ao mercado.

O apoio que a cooperativa tem recebido foi o acesso de recursos financeiros, do programa de Aquisição de Alimentos - PAA, do Governo Federal, através da CONAB para a aquisição da produção e que por questão de ineficiência gerencial a cooperativa passou para a inadimplência. Outra ação do Estado foi a liberação de recursos do projeto Comunidades Duráveis-ADAP, para a cooperativa incentivar grupos familiares de associados a produzirem artesanalmente, pequenas quantidades de balas e biscoitos para estimular a agregação de valor à castanha e conseqüentemente melhorar a renda do associado. Todavia, não houve orientação técnica para a efetivação do projeto de tal forma que a cooperativa não alcançou o resultado almejado provocando insatisfação no interior da organização.

GRÁFICO 21 - TIPO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA RECEBIDA.



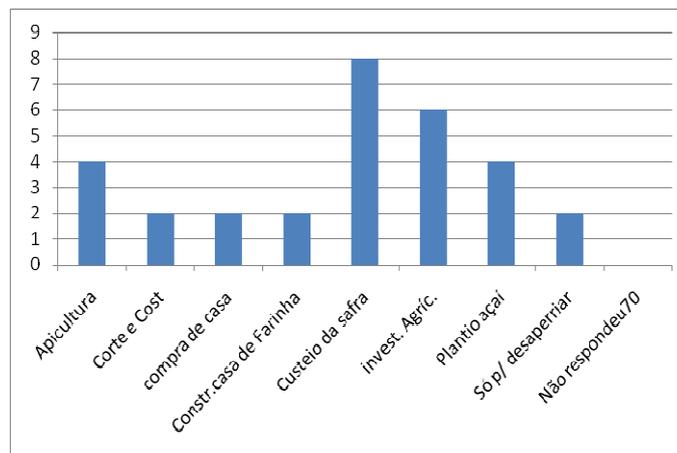
Fonte: Pesquisa. Dez/2009

A assistência técnica através do RURAP ainda que seja reconhecido como serviço do Estado presente na região é também reconhecido como ineficiente, tanto pela pouca regularidade quanto pela sua pouca efetividade, como se refere o

extrativista conhecido como Sabazinho: “não é culpa do técnico que se esforça, mas, às vezes sem combustível, sem as condições, não consegue sozinho atender toda região do Alto, do Médio e do Baixo Cajari que juntas são mais de 1300 famílias”.

Evidente que além das condições citadas não há otimização de suas ações face às prioridades sentidas pelas comunidades. Fica demonstrada no gráfico 22 abaixo sobre a finalidade do crédito orientado aos extrativistas que dos poucos que acessam, não são recursos focados para reforçar o sistema produtivo da coleta de castanha e muito menos de estímulo às condições para a cooperativa viabilizar sua ação para a promoção da melhoria do processo produtivo dos extrativistas.

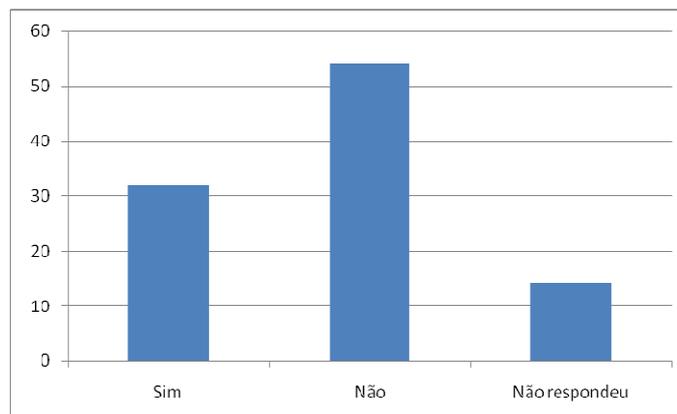
GRÁFICO 22 – FINALIDADE DO FINANCIAMENTO



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Em relação ao questionamento se o extrativista teve acesso ao crédito rural: 54% dos extrativistas não tiveram acesso ao crédito, 14% não responderam e somente 32% tiveram acesso ao crédito, conforme o gráfico 23.

GRÁFICO 23 – ACESSO AO CRÉDITO RURAL



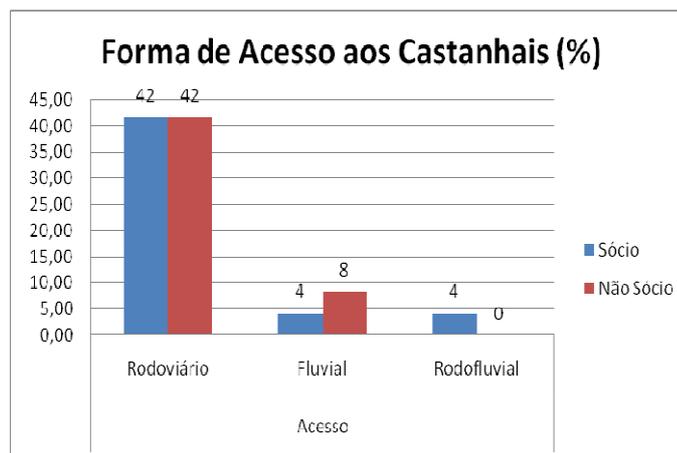
Fonte: Pesquisa Dez/2009

7.3. ANÁLISE COMPARATIVA DAS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS ENTRE ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS DA COOPERALCA

Com o objetivo de identificar a contribuição da COOPERALCA na melhoria socioeconômica dos seus associados, a presente pesquisa apresenta resultados das entrevistas com associados e não associados da cooperativa.

Quanto ao acesso às comunidades do Alto Cajari 42% de associados e 42% de não associados que somam 84% dos entrevistados dependem exclusivamente de acesso rodoviário, 4% de acesso rodofluvial e 12% de acesso fluvial, portanto, acessibilidade aos castanhais está relacionada predominantemente a rodovia com apenas a diferença de acesso rodofluvial de 4% em relação aos associados, que os não associados dependem, conforme gráfico 24.

GRÁFICO 24 - ACESSO DAS COMUNIDADES AOS CASTANHAIS



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

IMAGEM 6 – ACESSO RODOVIÁRIO



Um trecho da BR 156 dentro da Reserva do Cajari
(Foto: Ribamar Quintas. 12/03/2010)

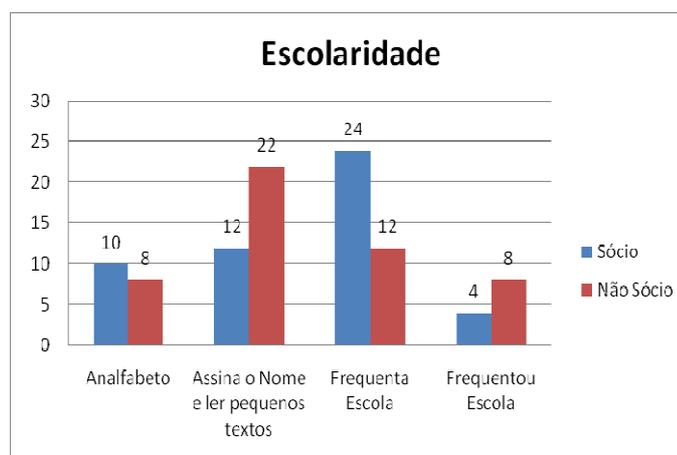
IMAGEM 7 – MEIO DE TRANSPORTE FLUVIAL MAIS UTILIZADO NOS RIOS DA RESERVA DO CAJARI



*Rio Muriacá, afluente do rio cajari
(Foto: Ribamar Quintas. fev/2009)*

Quanto a escolaridade: 10% de associados e 8% de não associados são analfabetos, 12% de associados e 22% de não associados apenas assinam o nome e lêem pequenos textos, 24% de associados e 12% de não associados freqüentam a escola e 4% de associados e 8% de não associados freqüentou a escola, de acordo com o gráfico 25.

GRÁFICO 25 – ESCOLARIDADE

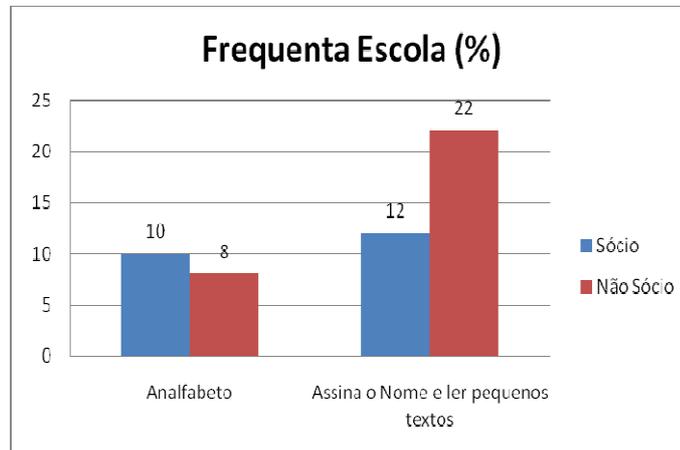


Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Quanto à freqüência nas escolas identificamos uma confirmação dos dados do gráfico 24 que 10% dos associados freqüentam a escola enquanto os não

associados apenas 8% e 12% de associados e 22% de não associados assinam o nome e lêem pequenos textos, conforme o gráfico 26.

GRÁFICO 26 – FREQUÊNCIA ESCOLA

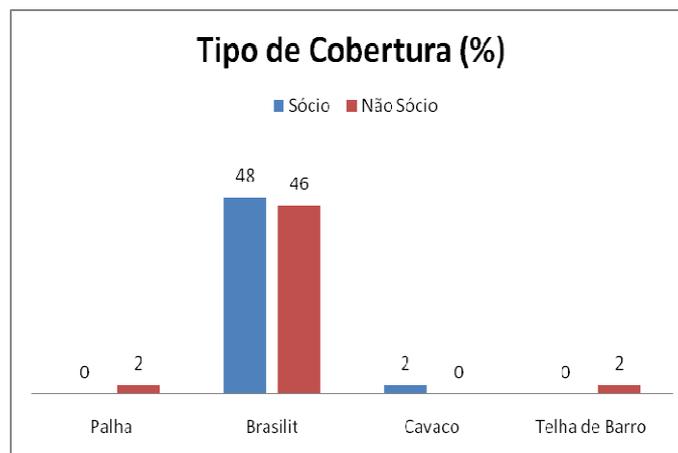


Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Quanto à residência dos extrativistas entrevistados, identificamos alguns aspectos:

Quanto à cobertura: 48% de associados e 46% de não associados utilizam telha de fibrocimento, 2% de não associado utilizam palha (folha de uma palmeira da região), 2% de associados utilizam cavaco e 2% de não associados utilizam telha de cerâmica, conforme gráfico 27 a seguir:

GRÁFICO 27 – TIPO DE COBERTURA DA RESIDÊNCIA

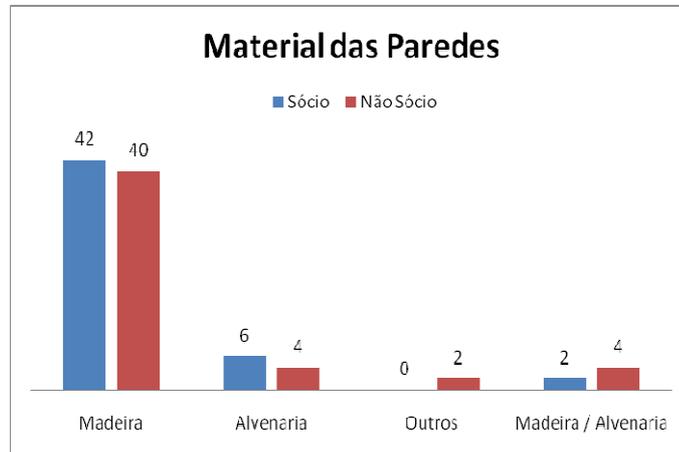


Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Quanto à parede da residência dos extrativistas entrevistados observou-se que 42% dos associados e 40% de não associados utilizam madeira e 6% de

associados e 4% de não associados suas residências são constituídas de alvenaria conforme o gráfico 28.

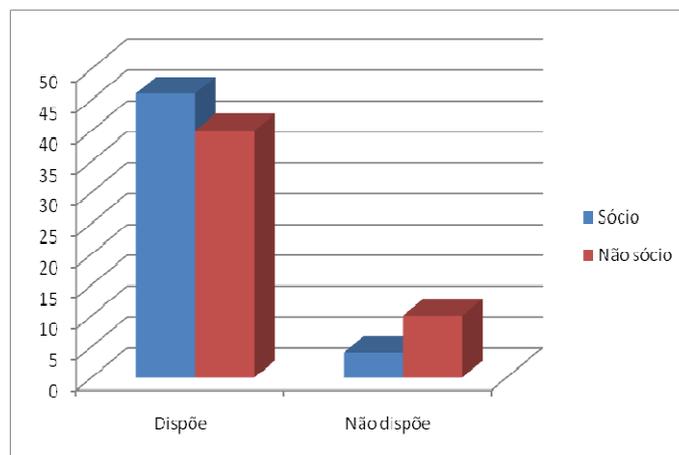
GRÁFICO 28 – MATERIAL DAS PAREDES DAS RESIDÊNCIAS



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Quanto à energia elétrica, 46% dos associados e 40% de não associados dispõem de energia elétrica, porém 4% de associados e 10% de não associados não dispõem de energia elétrica, conforme o gráfico 29.

GRÁFICO 29 – ENERGIA ELÉTRICA

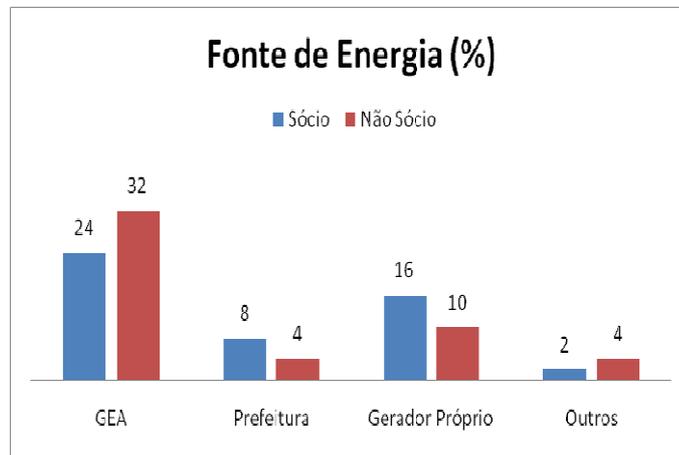


Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Quanto a natureza do fornecimento da energia citada no parágrafo anterior, constatamos que 24% dos associados e 32% de não associados dependem da energia fornecida pelo Governo do Estado; 8% de associados e 4% de não associados dependem da energia fornecida pela prefeitura e 16% de associados e

10% de não associados tem energia com gerador particular. De acordo com o gráfico 30.

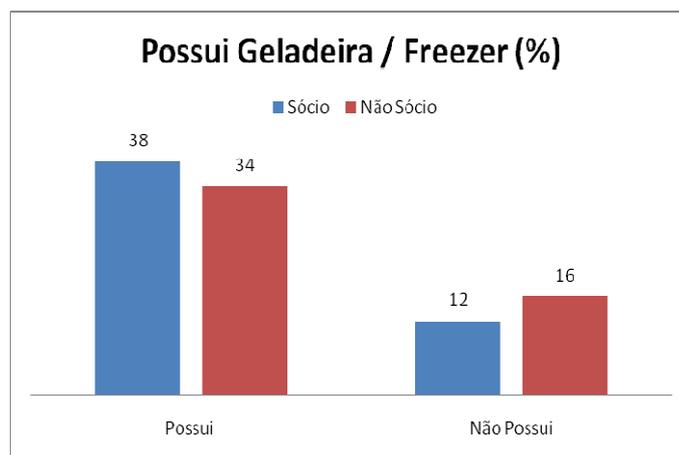
GRÁFICO 30 – FONTE DA ENERGIA



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Identificamos que 38% dos associados e 34% de não associados, dispõem de geladeira/freezer, conforme o gráfico 31. Observou-se ser mais comum a utilização de freezer face a pouca disponibilidade de energia (4 a 6 horas/dia).

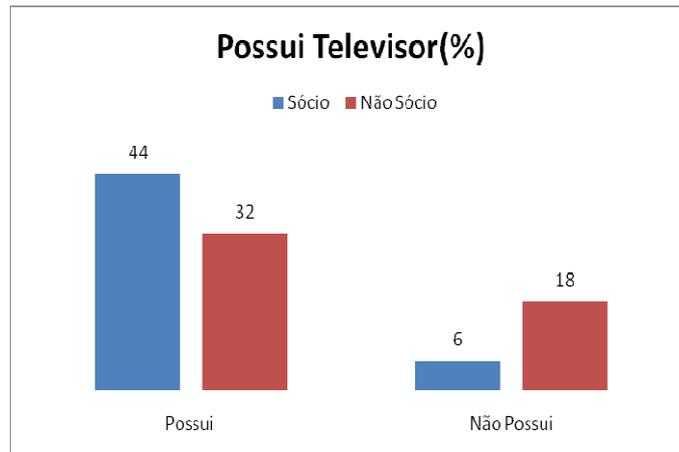
GRÁFICO 31- GELADEIRA/FREEZER



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Identificamos que 44% dos associados e 32% de não associados tem televisão em suas residências, conforme gráfico 32 a seguir.

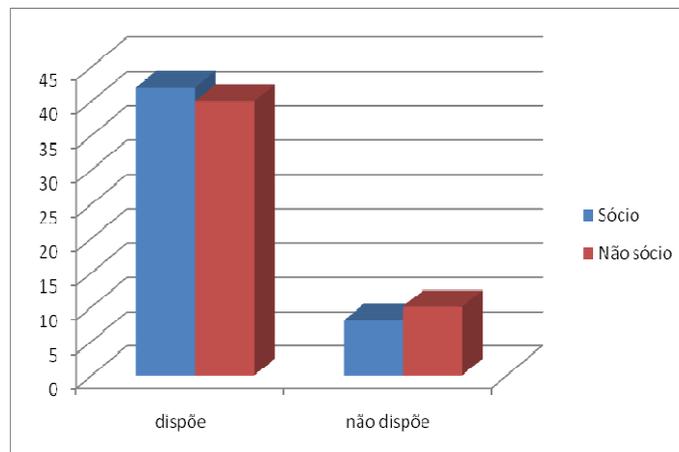
GRÁFICO 32 - TELEVISOR



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Quanto à disponibilidade de rádio, por sinal muito utilizado na região, identificamos que 42% de associados e 40% de não associados dispõem em suas residências, conforme o gráfico 33.

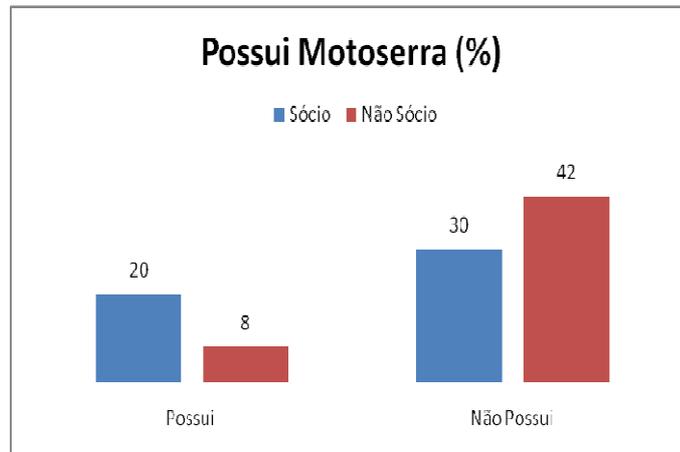
GRÁFICO 33 – RÁDIO



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Um dos equipamentos de muita utilidade no meio rural é a motosserra onde identificamos que 20% dos associados e 8% dos não associados a utilizam, de acordo com o gráfico 34.

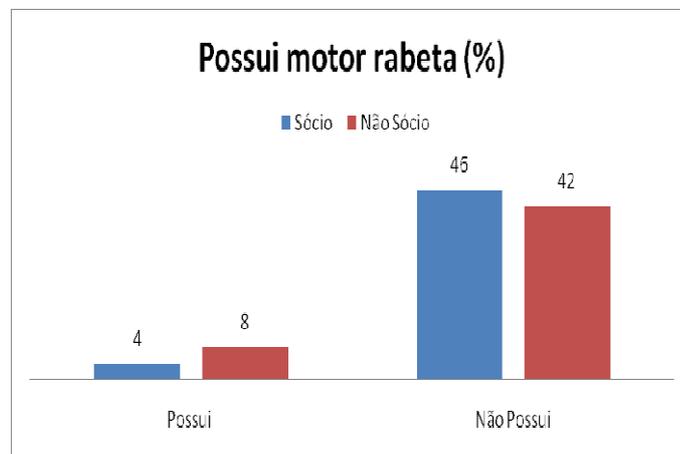
GRÁFICO 34 - MOTOSSERRA



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Há também a utilização do rabeta². O rabeta é mais utilizado na comunidade de Itaboca por contar com apenas o rio como via de acesso. Como o gráfico 35 demonstra 4% dos associados e 8% dos não associados dispõem desse meio de transporte.

GRÁFICO 35 – MOTOR RABETA



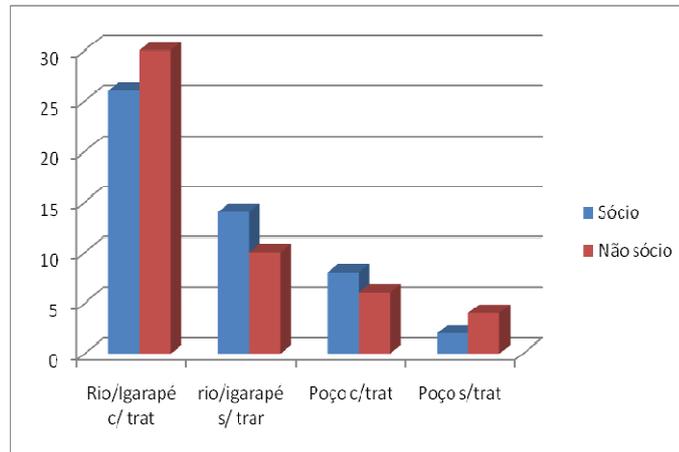
Fonte: Pesquisa. Dez/2009

A água para o consumo humano vem predominantemente dos rios e igarapés conforme o gráfico 36, aonde se observa que o maior consumo de água tem os rios e igarapés como fonte: nas colunas rios/igarapés 26% de associados e 30% de não associados fazem tratamento, 14% de associados e 10% de não

² A denominação de rabeta vem da utilização de motor de pouca potência, à gasolina que contem um eixo longo e no fim desse eixo uma pequena hélice, este motor é fixado na popa de uma pequena embarcação conhecida na região como ubá ou montaria, e contém uma flexibilidade de manobra capaz de livrar de galho de árvores e pedras submersas nos rios.

associados não fazem tratamento da água que consomem. Quanto a água de poço amazonas: 8% de associados e 6% de não associados fazem tratamento da água; 2% de associados e 4% de não associados utilizam água de poço amazônico sem tratamento, conforme o gráfico 36.

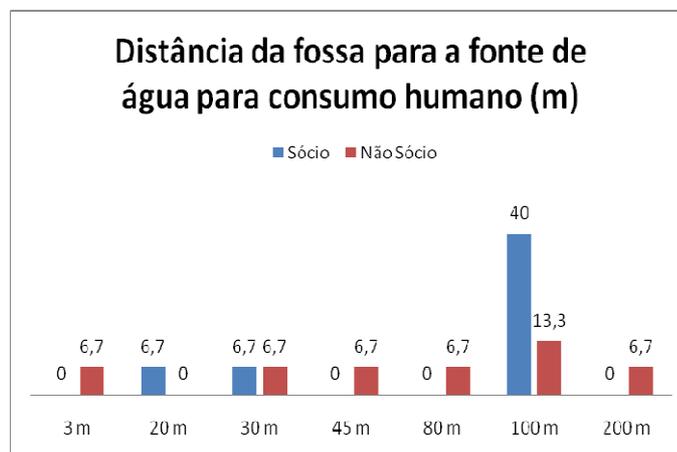
GRÁFICO 36 – CONDIÇÕES DA ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Sendo o rio a fonte mais importante para o consumo de água, para os extrativistas, verificaram-se os cuidados com o destino dos dejetos humanos, pelo menos em termos de distância, com maior expressividade para os 40% de associados entrevistados que declararam que a fossa fica a 100 metros de distância do local de captura de água para o consumo humano, conforme o gráfico 37 a seguir:

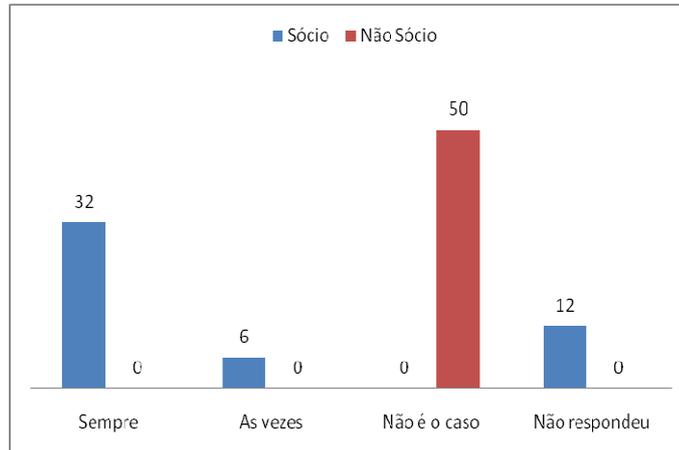
GRÁFICO 37 – DISTÂNCIA DA FOSSA PARA A FONTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Identificamos que 32% dos associados entrevistados sempre freqüentam as reuniões da cooperativa, conforme o gráfico 38. Este percentual é elevado face a freqüência de participação em reuniões de associados em cooperativa similares.

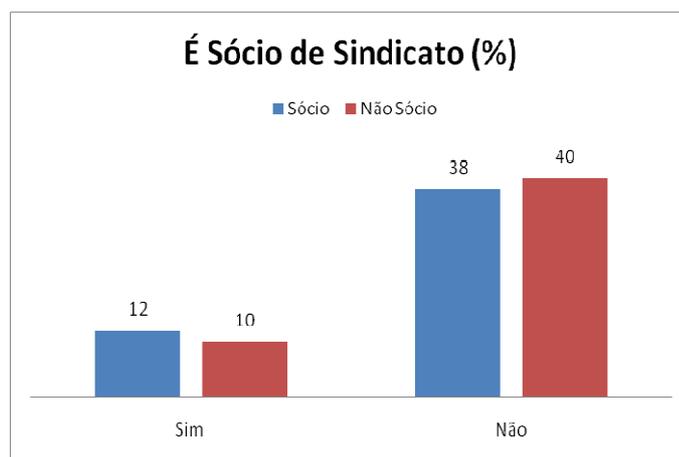
GRÁFICO 38 – PARTICIPAÇÃO DE REUNIÕES DA COOPERATIVA (%)



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

No gráfico 39 identificamos que apenas 12% de associados e 10% de não associados são sócios do sindicato rural.

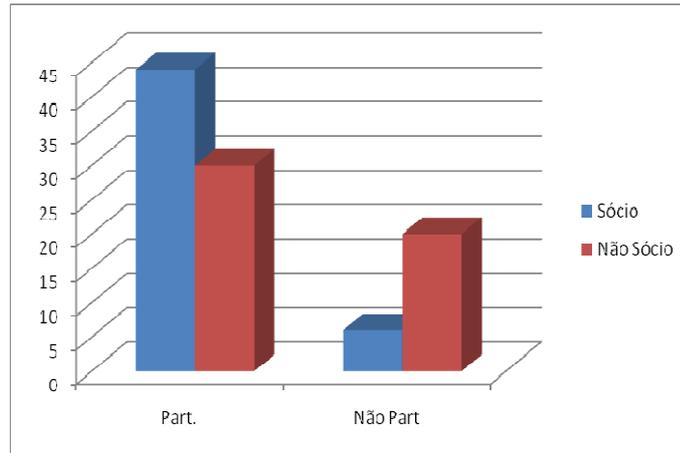
GRÁFICO 39 – SÓCIO DE SINDICATO



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Ainda que no gráfico 39 possamos identificar poucos entrevistados como sócios do sindicato, constatamos no gráfico 40 que 44% de associados e 30% de não associados entrevistados, sempre participam de reuniões de sindicato.

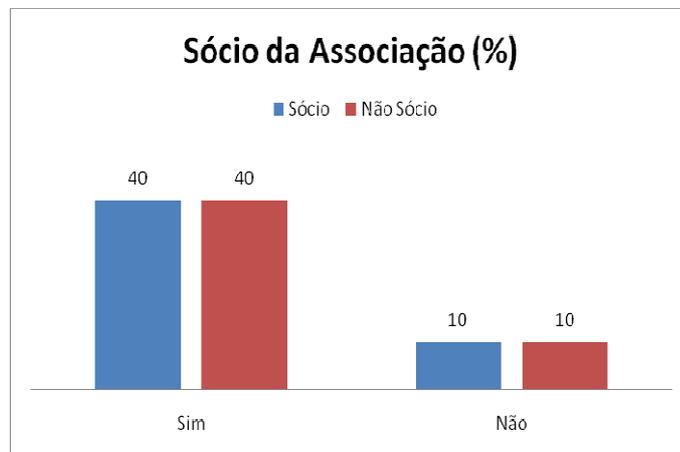
GRÁFICO 40 – PARTICIPAÇÃO DE REUNIÕES DO SINDICATO



Fonte: Pesquisa dez/2009

Identificamos um elevado percentual, 40% de associados e 40% de não associados pertencem a associação de classe, a Associação dos Extrativistas da Reserva do Cajari-ASTEX-CA, conforme o gráfico 41.

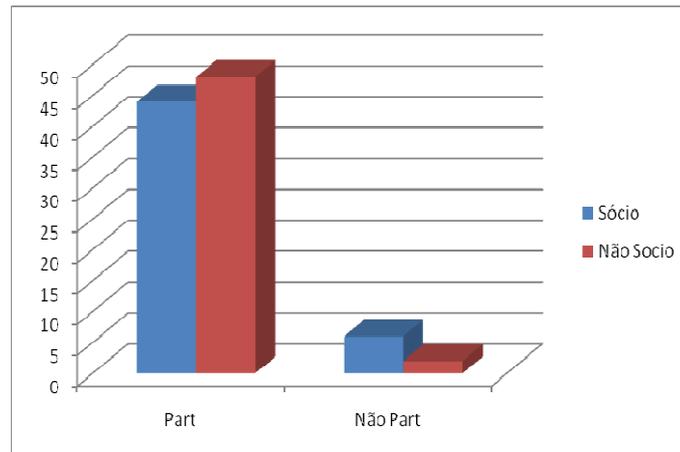
GRÁFICO 41 – SÓCIO DA ASSOCIAÇÃO



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

Quanto à participação das reuniões da associação, 44% dos associados e 48% de não associados sempre participam, conforme o gráfico 42.

GRÁFICO 42 – PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES DA ASSOCIAÇÃO



Fonte: Pesquisa. Dez/2009

IMAGEM 8 – MEMBROS DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA COOPERALCA



Imagem registrada depois da reunião com o Pesquisador Ribamar Quintas e o Secretário da SETEC Aristóteles Viana (Foto: Ribamar Quintas, 12/03/2010)

8 – CONCLUSÃO

Ao analisar a dinâmica produtiva da COOPERALCA e sua relação com as estratégias do segmento produtivo de seus associados, bem como a contribuição do movimento cooperativista no processo de desenvolvimento local, podemos chegar a algumas conclusões:

A COOPERALCA, desde a sua constituição até a conclusão deste trabalho (março/2010), é concebida por seus membros: como instrumento de redenção dos extrativistas da castanha do Alto Cajari, como alternativa de melhoria de renda a partir da produção da castanha, como símbolo de independência do sistema de “aviamento”, cuja conseqüência tem causado a patronagem, o clientelismo e a pauperização das famílias extrativistas do Alto Cajari.

A partir da constituição da cooperativa os associados sentiram-se mais independentes do sistema tradicional “o aviamento”, mais precisamente no processo produtivo da castanha, ainda que a cooperativa tenha, apenas, viabilizado um pequeno percentual de comercialização desse produto, ademais, sem regularidade e com precárias condições, voltando-se apenas para o apoio no escoamento e comercialização da produção. Portanto, uma característica de cooperativismo típico brasileiro.

Ao longo de sua existência, a COOPERALCA, recebeu dos associados e comercializou significativo volume de produção de castanha, porém não conseguiu encerrar nenhum exercício financeiro com as sonhadas sobras (lucro) conforme a denominação cooperativista. Há evidência da ineficiência do processo de gestão da cooperativa, reconhecida pelos próprios associados, corroborada pela declaração do associado e um dos diretores da cooperativa, em uma reunião presentes os membros da diretoria e membros do conselho fiscal conhecido como Adamor “nós mesmos somos os culpados porque não cumprimos com o quê a gente decide”.

A cooperativa não dispõe de mecanismo de controle. Os negócios firmados e as movimentações com o associado, comumente sem procedimentos administrativos. A cooperativa não dispõe de informação sobre custo fixo e nem variável para definição de preços. Existe movimentação financeira com os associados sem haver cobrança pelo não cumprimento. Como afirmou um dos sócios fundadores entrevistados “... nós não sabemos gerenciar, somos preparados

para a produção, para coletar a castanha, precisamos de pessoas que não seja castanheiro para fazer este serviço”.

Observou-se que a cooperativa foi estruturada para atingir um mercado externo que depende de uma organização e uma logística mais exigente do que o mercado interno, esse é um dos fatores que tem também contribuído para o não alcance do resultado esperado. Desta forma a COOPERALCA não tem promovido o desenvolvimento como propagado e esperado, causando decepção aos associados e como consequência a desmotivação destes para a busca de alternativas.

Os dados citados neste trabalho demonstram a pouca presença do Estado e as instituições presentes como o INCRA e a Extensão Rural desenvolvem ações que pouco contribui para o fortalecimento do associativismo rural do Alto Cajari, A exemplo do crédito rural orientado para outras atividades produtivas não influenciando a estratégia produtiva da cooperativa, desta forma a COOPERALCA não conta com assistência técnica do Estado na área de produção Enem na área de gestão da cooperativa e nem tanto pouco os associados, como extrativistas, contam para a melhoria do processo produtivo da castanha, ainda que conste em sua estratégia de ação o fortalecimento do associativismo e do desenvolvimento rural. Esta constatação ratifica a hipótese que se apresenta à problemática do presente estudo de investigação, de que o Estado através de suas instituições não consegue instituir efetivamente, políticas públicas que proporcionem ações de fortalecimento do associativismo rural, de tal forma que este passe a ser um instrumento de desenvolvimento rural.

Todavia, observam-se algumas diferenciações dos associados em relação aos não associados, como: bens de utilidade familiar, maior frequência nas escolas, maior participação nas entidades de representação da categoria, encontramos associados com seu veículo automotor de passeio, observou-se que os associados detêm perfeita leitura sobre as relações sociais relacionadas ao extrativismo da região do Alto Cajari. A outra contribuição da cooperativa que merece destaque e que é sentida pelos extrativistas é a elevação do preço da castanha no mercado local provocada pela ação da cooperativa em determinar o recebimento da produção de castanha dos associados a melhores preços do mercado local.

Embora reconhecendo a importante contribuição de BARBOSA (2007) que argumenta que o cooperativismo não deixa de se sustentar numa argumentação teórica frágil da força hegemônica do capital que leva uma visão voluntarista do

trabalho e que denomina de “*O fetiche do empreendedorismo aplicado ao trabalho coletivo autogestionado serve de invólucro ao transformismo da pauta das lutas de classe*”. É oportuno considerar a afirmativa de VEIGA e FONSECA (1999): “O cooperativismo tanto pode ser um instrumento de emancipação dos trabalhadores como pode ser usadas para tornar, para esses mesmos trabalhadores, mais desvantajosas as relações de trabalho”. Ressalta-se que se observou dentre os entrevistados e por ocasião da observação participante que os associados demonstraram melhor visão sobre as relações sociais existentes, bem como predisposição para o enfrentamento, sendo a cooperativa um instrumento desse enfrentamento.

O cooperativismo ainda que não seja efetivamente um instrumento de desenvolvimento no Sul do Estado do Amapá, mas, no caso da COOPERALCA tem despertado no associado o censo coletivo de perspectiva de emancipação. EDGAR(2001) cita GALJART que defende a teoria que denomina de COUNTERDEVELOPMENT que considera a participação como aquisição de poder em que as categorias economicamente marginalizadas possam influenciar no processo de desenvolvimento.

Portanto podemos concluir que a COOPERALCA ainda que ao longo de sua existência tenha convivido com a ineficiência gerencial aliado a falta de políticas públicas para o fortalecimento do cooperativismo, mesmo assim criou um ambiente de possibilidade de melhoria na visão nos associados que entendem que o cooperativismo poderá ser um instrumento de desenvolvimento capaz de saírem do tradicional sistema de exploração que décadas viveram. E na medida em que a cooperativa melhorar o sistema de gerenciamento poderá aumentar a possibilidade de contribuição para a melhoria sócio-econômica dos extrativistas e se tornar uma alternativa de desenvolvimento rural do sul do Estado do Amapá.

9- REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ALENCAR, Chico (org.). **Direitos mais Humanos**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998, 104p.
- ALENCAR, Edgar. **Associativismo rural e participação**. Lavras-MG: UFLA/FAEPE, 2001.
- AMÂNCIO, Cristiane Oliveira da Graça. **Educação popular e ambiental: a problematização das estratégias de intervenção participativa**. Especialização à Distância de Gestão de Reforma agrária e Assentamento. Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2004.
- AMÂNCIO, Robson. **Agricultura e Sustentabilidade**. Especialização à Distância de Gestão de Reforma agrária e Assentamento. Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2004.
- AMÂNCIO, Robson. **Gestão em Assentamento e Poder Público**. Especialização à Distância de Gestão de Reforma agrária e Assentamento. Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2000.
- ATA de Fundação da Cooperativa dos Produtores Agro-extrativistas da Reserva do Rio Cajarí – COOPERALCA.
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **Economia Solidária como Políticas Públicas**. São Paulo. Cortez, 2007.
- Carta de Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas.
- CARVALHO, Ana Gilda de Sá. **Direito Agrário Brasileiro**. Especialização à Distância de Gestão de Reforma agrária e Assentamento. Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2000.
- Central Única dos Trabalhadores-CUT. **Sindicalismo e Economia Solidária**. Estado, Dez./1999. Mensal.
- Diagnóstico socioeconômico, Histórico e Ambiental da Ocupação Irregular Existente na Região do Alto Cajarí/AP. ICMBio -Unidade Avançada Reserva Extrativista do Rio Cajarí-RESEX-CA. Relatório Final. Macapá-AP, 2008.(verificar autoria)
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederich. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- NETO, Benedito Silva. **Administração pública e desenvolvimento**. Especialização à Distância de Gestão de Reforma agrária e Assentamento. Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2004.

- QUEIROZ, M. F. **Impacto sócio-econômico do cooperativismo nos perímetro irrigados do DONCS: O caso das cooperativas do perímetro irrigado Curu-paraipaba.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Ceará, 1992.
- RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de educação popular.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- REIS, Ricardo Pereira. **Fundamentos da economia Aplicada.** Especialização à Distância de Gestão de Reforma agrária e Assentamento. Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2004.
- RODRIGUES, Roberto. **O cooperativismo no mundo.** Palestra proferida no Congresso de cooperativismo em Brasília. 17/06/08.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato Social.** Tradução Rolando Roque da Silva. Ed. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em Dez/2009.
- SALAZAR, German Torres. **Finanças públicas e reforma agrária.** Especialização à Distância de Gestão de Reforma agrária e Assentamento. Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2000.
- SANTOS, A. Blumer e J.V.T. dos. **Sociologia Rural.** Especialização à Distância de Gestão de Reforma agrária e Assentamento. Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2000.
- SANTOS, Antônio Carlos dos. **Administração da Propriedade Rural.** Especialização à Distância de Gestão de Reforma agrária e Assentamento. Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2001.
- SILVEIRA, Lucimar Leão. **Metodologia do Ensino Superior.** Especialização à Distância de Gestão de Reforma agrária e Assentamento. Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2005.
- SINGER, Paul. **Uma utopia militante repensando o socialismo.** São Paulo: Ed. Vozes, 1998.
- VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação.** Rio de Janeiro: FASE. 1999.
- VIEIRA, Arnaldo Pereira. **Política Agrícola.** Especialização à Distância de Gestão de Reforma agrária e Assentamento. Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2005.
- WANDERLEY, M. N. Baudel. **Reforma Agrária,** são Paulo: UNICAMP.1988.
- WEFFORT, Francisco (org). **Os clássicos da Política.** 14ª. Ed. São Paulo: Ática, 2006.

- Organização das Cooperativas Brasileiras. Lei nº 5764 de 1971. Lei regulamentar do Cooperativismo.
- Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo/Uma História.** Ribeirão Preto-SP: OCB, 2004.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA LEVANTAMENTO DE CAMPO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
MESTRADO EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS
JOSÉ DE RIBAMAR OLIVEIRA QUINTAS

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

| | |
|---|-------------|
| Nome de fantasia da Propriedade: | |
| VI.1 .Comunidade: | |
| VI.2. Acesso: | |
| VI.3 . Área total explorada | |
| Nome do Entrevistador: | Data |

1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR(a)

1.1 Nome do produtor(a): _____

VI.4 – Idade: _____ anos ou data de Nascimento _____

VI.5 – Natural de: _____ **VI.5a:** 1- Rural 2- Urbana

VI.6 – Escolaridade:

1- Analfabeto 2- Assina o nome e lê pequeno texto?

3- Freqüenta escola – **VI.6a** – Grau /série _____

4- Freqüentou – **VI.6b** – Grau /série _____

VI.7 – Tempo de residência na região em estudo: _____ anos

VI.8 – Tempo de residência na comunidade/propriedade: _____ anos

2. INDICADORES SOCIAIS (VS – Identificador)

2.1. - HABITAÇÃO

| ITENS |
|---|
| <p>VS14 - Tipo do piso da residência:</p> <p>1.<input type="checkbox"/>- chão batido 2.<input type="checkbox"/> madeira bruta</p> <p>3.<input type="checkbox"/>- piso trabalhado com cimento 4. <input type="checkbox"/>- trabalhado com madeira beneficiada</p> |
| <p>VS15 - Tipo da cobertura:</p> <p>1-<input type="checkbox"/> palha 2-<input type="checkbox"/> brasilit 3-<input type="checkbox"/> cavaco 4-<input type="checkbox"/> telha de barro 5-<input type="checkbox"/>outro: _____</p> |

VS16- Material das paredes:

1- madeira 2- Alvenaria 3- lona 4- outro: _____

2.2- ENERGIA ELÉTRICA

1- Sim 2- Não

VS18 – Caso positivo, fornecido por: 1- Gerador próprio 2- GEA

3- Prefeitura ou 99-

VS19- Tempo de fornecimento: _____ ou 99

1- (até 2h) 2- (até 4h) 3- (até 6 h) 4- (até 24 h):

2.3 – BENS

1- geladeira/freezer 2- fogão 3- televisor 4- rádio 5- animal de carga

6- trator 7- automóvel 8- barco 9- motosserra

10- outros: _____

Benfeitorias: _____

2.4. ASPECTOS SANITÁRIOS**VS23. Destino dado aos dejetos humanos:**

1. - para fossa negra 2. céu aberto, 3. para fossa biológica (séptica)

VS24-Condições da água para o consumo humano:

1 consumida do rio/ou Igarapé com tratamento

2 consumida do rio/ou Igarapé sem tratamento

3 consumida do poço com tratamento

4 consumida do poço sem tratamento

VS25- Distância da fossa para o poço /ou rio _____ metros

VS26 . Destino dado ao lixo domiciliar:

1 - jogado na superfície de terra 2 - leito do rio

3 - queimado 4 - enterrado 5 - existência de coleta de lixo

2.5 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL (VS8)

| Organizações | É Sócio | | | Participa de Reuniões | | |
|---------------------------------------|------------|------------|--------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| | Sim (1) | Não (2) | Cód. | Sempre (1) | As Vezes (2) | Nunca (3) |
| VS8a – Cooperativa | | | VS8aa | | | |
| VS8b – Sindicato | | | VS8bb | | | |
| VS8C – Associação | | | VS8cc | | | |
| VS8D – Conselho Comunitário | | | VS8dd | | | |
| VS8E – Comunidade de Base | | | VS8ee | | | |
| VS8F – Outra _____ | | | VS8ff | | | |

2.5 – COOPERATIVA

VE31 – Qual a contribuição da cooperativa no processo produtivo?

2.5.1 – Qual a sua opinião sobre a cooperativa?

2.5.2 – O que você entende que a cooperativa precisa fazer para melhorar a situação do castanheiro?

2.5.3 – Você acha que sem a cooperativa a situação continua do mesmo jeito?

2.5.4 – A cooperativa já oportunizou capacitação aos associados sobre princípios do Coop.?

2.5.5 – Os dirigentes da cooperativa reúnem os associados para fazer o planejamento das atividades?

2.6 – Tem recebido algum tipo de apoio do Município e do Estado?

3. INDICADORES ECONÔMICOS e ESTRUTURA PRODUTIVA (VE)

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA:

3.1.1. Utilização da Terra

| Formas de Uso | Unidade de área | Quantidade | Obs: |
|--|-----------------|------------|------|
| (VE1.1). Com culturas temporárias | | | |
| Quais: | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| (VE1.2). Com culturas permanentes (pés , linhas, ha etc,,) | | | |
| Quais: | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

3.2. COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

VE4 – Está conseguindo vender com regularidade a sua produção?

1 sim 2- não

VE5 – não. Por quê? _____ ou 99.

VE6 – sim. Com que regularidade? 1- Quinzenal 2- Mensal 3 semanal

VE7 – Faturamento (castanha) no verão? menor valor: _____ maior valor: _____

VE8 – Faturamento (outras atividades)? menor valor: _____ maior valor: _____

VE9 – Quais os meios de transporte utilizado (comercialização)?

1 Particular/Fretado 2 do Estado 3 cooperativa 4 Próprio

VE10 – Locais de venda da produção?

- 1- na propriedade ou comunidade 2- Macapá 3- Santana
 4- cooperativa _____

3.4. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

VE17 – Recebe assistência técnica?

- 1 SIM 2 NÃO

VE18 – Caso positivo, de quem?

- 1 RURAP 2 INCRA 3 TERRAP 3 Prefeitura Outro

REGULARIDADE E TIPO DE ASSISTÊNCIA

| Nome da Instituição | VE19 – Com que frequência | VE20 – Tipo de assistência técnica prestada: |
|---------------------|----------------------------------|---|
| RURAP | | |
| INCRA | | |
| TERRAP | | |
| PREFEITURA | | |
| | | |

3.5 – COMPOSIÇÃO E RENDIMENTOS (ano _____).

VS21 – Nº de participantes (família) efetivo na produção : _____

VE22 – Contrata mão-de-obra?

- 1- sim 2- não

VE23 – Quantos? _____ ou 99

VE24 – Produção e receita agrícola (anual)

| Produtos | Quantidade | | | Valor Unitário |
|-----------|-------------|----------------------------|------------------------|----------------|
| | Unidade (*) | Quantidade Produzida (a+b) | Quantidade Vendida (a) | |
| Farinha | | | | |
| Macaxeira | | | | |
| Milho | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

* unidade: 1-saco (60x1) 2-cacho 3-hectolitro 4- Kg 5- unitário

VE25. Produção e receita extrativista (anual)

| Produtos | Quantidade | | | Valor Unitário |
|--------------------|-------------|--------------------|----------------------|----------------|
| | Unidade (*) | Quant. Vendida (A) | Quant. Consumida (B) | |
| Camarão | | | | |
| Açaí | | | | |
| Caça | | | | |
| Peixe | | | | |
| Castanha do Brasil | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

* unidade: 1- lata 2-Litro 3- hectolitro 4-Kg 5- Saca 6- Tora

VE26. Principais espécies de pescado (listar)

VE26a. Principais espécies de caça (listar)

VE28. Outras receitas (Anual)

| DISCRIMINAÇÃO | VALOR (R\$) |
|---|-------------|
| VE28.1. Aluguel de animais /ou equipamentos | |
| VE28.2 Aposentadoria e/ou pensões recebidas (mensal: R\$ | |
| VE28.3 Doações | |
| VE28.4 Venda de mão-de-obra para atividade rural | |
| VE28.5 Venda de mão-de-obra para outras atividades | |
| VE28.6 Outras (especificar) | |

3.6. CRÉDITO RURAL

VE29 – Teve financiamento de crédito rural? 1 Sim 2 Não

VE29.1 – Em caso positivo, ano _____ ou 99

VE29.2 – Finalidade? _____

ou 99 _____

VE30. Em caso negativo, por que ?

1 Não precisa 2 Juros altos

3 Não possui os requisitos exigidos, quais: _____

4 Outros motivos (especificar) _____

ou 99

VMS17. Como tem sido a regularidade da produção :

1 aumentando 2 a mesma coisa 3 Diminuindo

Sugestões para o maior desempenho da propriedade?

1 -Melhorar o preço dos produtos

2 -Combater a praga/transporte permanente do setor público/melhorar

estrada

3 -Financiamento sem burocracia para agricultura e pecuária

4 -Finaciamento e maior atenção dos órgãos públicos

5 -Documentação definitiva da terra

Outras: _____

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)